PROJETO

SALVADOR SBN

PROJETO SALVADOR SBN

Plano de Engajamento das Partes Interessadas – PEPI

Versão 02

Salvador - Outubro de 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR

Prefeito
Bruno Soares Reis

CASA CIVIL

Secretário
Luís Antônio Vasconcellos Carreira

Diretor do Programa Salvador Social
Paulo Hermida Gonzalez

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Secretário
Sosthenes Tavares de Macêdo Almeida

FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA

Presidente
Tânia Scofield Almeida

Diretora de Engenharia
Ana Cândida Melo

Diretora de Projetos Urbanísticos
Nise Cartaxo

Diretora de Projetos Estruturantes
Yveline Hardmann

Diretor de Planejamento e Informações
Fernando Teixeira

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PLANO DE ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS DO PROJETO SALVADOR SBN

Coordenação FMLF
Yveline Hardmann

Equipe
Ludmila Gavazza Andrade – Arquiteta e Urbanista
Maísa da Silva Cordeiro – Arquiteta e Urbanista
Tiago Ribeiro – Gerente de informações
Valentina Tridello – Gerente de Planejamento

Consultoras
Ana Beatriz Esteves – Socióloga
Liliane Hobeica – Arquiteta e Urbanista

Colaboração
Adriana Cardoso de Freitas – Técnica Social
Simone Marque Barreto – Assessora Social
Sofia Reis – Assessora de Produção de Dados Geográficos

PRELIMINAR

APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta o **Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI)** do **Projeto de Mitigação de Risco em Comunidades Urbanas por meio de Soluções Baseadas na Natureza (SBN): Requalificação de Canabrava e Vila Mar**, denominado abreviadamente de **Salvador SBN**. O PEPI foi elaborado sob orientação da instituição financiadora do projeto, Banco Mundial, em parceria com a Prefeitura Municipal de Salvador (PMS), por meio da Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF), com o intuito de atender aos requisitos do Quadro Ambiental e Social (QAS) dessa instituição, em particular, à Norma Ambiental e Social (NAS) 10: Envolvimento das Partes Interessadas e Divulgação de Informações. Este documento complementa o **Marco de Gestão Ambiental e Social (MGAS)**, que atende, em especial, à NAS 1: Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Socioambientais.

Este PEPI apresenta os mecanismos e procedimentos para a participação efetiva das partes interessadas em todo o processo associado ao Salvador SBN, desde sua fase atual de preparação, até a de operação e encerramento, passando pela elaboração dos projetos nos componentes 1 (Infraestrutura Urbana, Mitigação de Riscos e Geração de Empregos em Canabrava e Vila Mar) e 2 (Fortalecimento Institucional e Gestão do Projeto), e pela implementação das obras.

Esta versão preliminar do PEPI será levada à consulta pública para a coleta de contribuições das partes interessadas entre os dias 17 e 31 de agosto. As contribuições recebidas serão analisadas e integradas ao documento, quando pertinente e factíveis, tornando-o mais robusto e legítimo perante a sociedade.

PRELIMINAR

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de localização. 10
Figura 2: Localização de equipamentos de grande porte. 12
Figura 3: Objetivos do Projeto Salvador SBN. 14
Figura 4: Componentes do Projeto Salvador SBN. 15
Figura 5: Arranjo institucional do Projeto Salvador SBN. 27

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Encontros participativos realizados para a elaboração do Plano de Bairro de Canabrava. 15
Quadro 2: Atividades interinstitucionais realizadas para a elaboração do Projeto Vila Mar. 15
Quadro 3: Potenciais partes afetadas pelo Projeto Salvador SBN. 18
Quadro 4: Potenciais partes interessadas no Projeto Salvador SBN. 19
Quadro 5: Estratégias de engajamento por fase do Projeto Salvador SBN. 22
Quadro 6: Mecanismos de comunicação, temas e público-alvo no Projeto Salvador SBN. 25
Quadro 7: Agentes e responsabilidades na implementação do PEPI do Projeto Salvador SBN. 26
Quadro 8: Garantias do MGQR do Projeto Salvador SBN. 28
Quadro 9: Indicadores preliminares de implementação do PEPI do Projeto Salvador SBN. 30

PRELIMINAR

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AbE	adaptação baseada em ecossistemas
ACECC	Associação Cultural e Esportiva da Comunidade de Canabrava
AS	assédio sexual
ATHIS	assessoria técnica de habitação de interesse social
AVSI Brasil	Associação Voluntários para o Serviço Internacional – Brasil
BATTRE	Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAEC	Cooperativa de Catadores Agentes Ecológicos
CANARECICLA	Cooperativa de Trabalho de Catadores de Rua Protetores Ambientais de Canabrava
CAU	Conselho de Arquitetura e Urbanismo
CEMADEC	Centro de Monitoramento de Alerta e Alarme da Defesa Civil
CFF	C40 Cities Finance Facility
CODESAL	Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil de Salvador
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREA-BA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia
EAS	exploração e abuso sexual
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ECI	Escritório de Cooperação Internacional (PMS)
FFA	FFA Arquitetura e Urbanismo
FMLF	Fundação Mário Leal Ferreira
GIZ	Agência Alemã de Cooperação Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDESH	Índice de Desenvolvimento do Habitat
IPCC	Intergovernmental Panel on Climate Change
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não binárie
LIMPURB	Empresa de Limpeza Urbana de Salvador
MGAS	Marco de Gestão Ambiental e Social
MGQR	Mecanismo de Gestão de Queixas e Reclamações
MRI	Marco de Reassentamento Involuntário
NAS	Norma Ambiental e Social (Banco Mundial)
NEAPI	Núcleo Especial de Apoio à Primeira Infância
NUPDEC	Núcleo Comunitário de Proteção e Defesa Civil
ODS	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
ONG	organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSC	organização da sociedade civil
PAE	Plano de Ações Estruturais

PRELIMINAR

PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PEPI	Plano de Engajamento das Partes Interessadas
PMAMC	Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas
PMRR	Plano Municipal de Redução de Riscos
PMS	Prefeitura Municipal de Salvador
QAS	Quadro Ambiental e Social (Banco Mundial)
SBN	soluções baseadas na natureza
SECIS	Secretaria de Sustentabilidade, Resiliência, Bem-Estar e Proteção Animal
SECOM	Secretaria de Comunicação
SECULT	Secretaria de Cultura e Turismo
SEGOV	Secretaria Municipal de Governo
SEINFRA	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas
SEMAN	Secretaria de Manutenção da Cidade
SEMDEC	Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Emprego e Renda
SEMGE	Secretaria Municipal de Gestão
SEMOB	Secretaria Municipal de Mobilidade
SEMOP	Secretaria Municipal de Ordem Pública
SEMPRE	Secretaria Municipal de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes e Lazer
SEMUR	Secretaria Municipal de Reparação
SMED	Secretaria Municipal da Educação
SMS	Secretaria Municipal da Saúde
SPMJ	Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres, Infância e Juventude
SUCOP	Superintendência de Obras Públicas do Salvador
TCLE	termo de consentimento livre e esclarecido
UBS	Unidade Básica de Saúde
UGP	Unidade de Gestão do Projeto
UIP	Unidade de Implementação do Projeto
UNIJORGE	Centro Universitário Jorge Amado
USF	Unidade de Saúde da Família
VBG	violência baseada em gênero
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social

PRELIMINAR

Sumário

1. INTRODUÇÃO 9
2. CONTEXTO E DESCRIÇÃO DO PROJETO 9
2.1. Contexto e Antecedentes 9
2.2. Experiências Anteriores da PMS 13
2.3. Descrição do Projeto 14
2.4. Atividades Prévias de Engajamento das Partes Interessadas 16
3. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS PARTES INTERESSADAS 17
3.1. Premissas do Engajamento das Partes Interessadas 17
3.2. Partes Afetados pelo Projeto 18
3.3. Outras Partes Interessadas 20
3.4. Grupos em Situação de Vulnerabilidade 22
4. ESTRATÉGIA DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS 23
4.1. Objetivos do Engajamento 23
4.2. Estratégias por Fase do Projeto 23
4.3. Estratégias Enfocando Grupos Vulneráveis 24
4.4. Plano de Engajamento para a comunidade de Vila Mar 25
4.5. Protocolo de Engajamento Culturalmente Adequado para Terreiros e Comunidades Culturais Afro-Brasileiras 26
4.6. Protocolos de Engajamento Sensíveis às Condições de Segurança 27
5. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES E COMUNICAÇÃO 27
5.1. Informações a Serem Divulgadas 27
5.2. Canais e Instrumentos de Comunicação 28
5.3. Informações e Contribuições Esperadas das Partes Interessadas 29
6. ARRANJO INSTITUCIONAL PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PEPI 31
6.1. Responsabilidades Institucionais 31
6.2. Recursos para Implementação 32
7. MECANISMO DE GESTÃO DE QUEIXAS E RECLAMAÇÕES 33
7.1. Objetivos e Princípios 33
7.2. Canais de Recebimento 34
7.3. Procedimentos de Tratamento das Manifestações 34
8. MONITORAMENTO E REPORTE 37
8.1. Indicadores de Implementação do PEPI 37
8.2. Relatórios e Devolutivas às Partes Interessadas 37
9. CONSULTA PÚBLICA DA PROPOSTA PRELIMINAR DO PEPI E DO MGAS 38

PRELIMINAR

10. APÊNDICES 39
10.1. Apêndice 01: Modelo de Formulário de Submissão de Queixa 39
10.2. Apêndice 02: Resumo das Contribuições Recebidas 41

PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

O presente PEPI estabelece as diretrizes e os mecanismos para identificação, comunicação, consulta e envolvimento das partes interessadas ao longo do ciclo do Projeto Salvador SBN. O Plano orienta o relacionamento entre a PMS e os diferentes grupos afetados ou interessados pelas intervenções, buscando assegurar processos de participação compatíveis com a natureza e a complexidade do Projeto.

O PEPI foi elaborado em conformidade com a NAS 10 do QAS do Banco Mundial e a legislação brasileira aplicável. Seu objetivo é promover o acesso à informação, a realização de consultas às partes interessadas, a consideração das contribuições recebidas, a inclusão de grupos vulneráveis e a disponibilização de mecanismos acessíveis para o recebimento e tratamento de dúvidas, sugestões, reclamações e queixas.

O Plano contempla a identificação das partes afetadas pelo Projeto e outras partes interessadas, as estratégias de envolvimento previstas para as diferentes fases de implementação, os mecanismos propostos para a divulgação de informações, o arranjo institucional para sua execução, os procedimentos para gestão de reclamações e queixas, assim como os procedimentos para seu monitoramento e reporte.

2. CONTEXTO E DESCRIÇÃO DO PROJETO

2.1. Contexto e Antecedentes

O município de Salvador, capital do Estado da Bahia, é uma das principais metrópoles brasileiras. Possui cerca de 2,42 milhões de habitantes, segundo o Censo Demográfico de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), destacando-se por sua diversidade étnico-cultural e pelos intensos contrastes socioespaciais. A cidade apresenta um processo histórico de urbanização marcado pela ocupação informal de encostas e fundos de vale, impulsionado pela insuficiência de políticas habitacionais e pela exclusão da população de baixa renda do mercado formal de terras urbanas. Atualmente, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de 2016 delimita 234 Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), das quais 214 correspondem a assentamentos precários, abrangendo cerca de 20% do território municipal. Dados do IBGE (2022) indicam que 41,8% dos domicílios de Salvador estão situados em favelas e comunidades urbanas.

A configuração geomorfológica da cidade, caracterizada por relevo acidentado, vales e encostas íngremes, associada à precariedade da infraestrutura urbana em áreas vulneráveis, intensifica a exposição da população aos riscos geohidrológicos, especialmente deslizamentos de terra e inundação decorrentes de eventos climáticos extremos. Esses impactos atingem de forma mais severa as comunidades de baixa renda, evidenciando a relação entre vulnerabilidade social, desigualdade urbana e mudanças climáticas.

Em 2019, a FMLF desenvolveu o Índice de Desenvolvimento do Habitat (IDESH) que traçou um panorama das condições de habitabilidade das ZEIS. O índice associa dados do Censo Demográfico do IBGE com o mapeamento das áreas de risco, utilizando 12 variáveis relacionadas a: acesso a serviços básicos, instalações sanitárias, densidade demográfica, infraestrutura, renda e alfabetização. O estudo revelou que 67 ZEIS apresentam altíssima precariedade, das quais 22 foram classificadas como prioritárias do Grupo 1A, por apresentarem também áreas de risco muito alto.

As comunidades de Vila Mar e Canabrava, formadas pelas ZEIS 105 - Nova Brasília de Baixo, ZEIS 147 - Canabrava e ZEIS 69 - Canabrava II, enquadram-se neste Grupo 1A (Figura 1). Segundo dados da Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil de Salvador (CODESAL) de 2023, essas áreas possuem 995 imóveis em situação de alto de risco, sendo 978 imóveis sob o risco de deslizamento e 17 sob o risco de inundação.

PRELIMINAR

Em termos fisiográficos, Canabrava e Vila Mar apresentam uma rede hídrica bastante capilarizada sobre encostas íngremes. As cumeadas, com habitações mais consolidadas e mais adensadas, possuem em parte acesso a saneamento. Mas nas encostas e nos vales, as condições tornam-se mais precárias, em termos de serviços e infraestruturas urbanas, sem atendimento de rede de esgotamento sanitário e alta precariedade das condições de drenagem de água pluvial.

A construção da Avenida Mário Sérgio Pontes de Paiva em 2018, na planície aluvial do Rio Mocambo, rompeu laços sociais e econômicos entre essas duas localidades e exacerbou os problemas ligados ao extravasamento do rio. Também, a acessibilidade criada por esta via induziu novos processos de expansão urbana informal, predominantemente, no fundo dos vales, que antes eram pouco acessíveis aos moradores das cumeadas.

A mobilidade nestas comunidades é complexa, em função das poucas conexões que apresentam com seu entorno imediato e com o restante a cidade, o que implica na dificuldade de acesso aos polos de emprego, às oportunidades de trabalho e aos serviços básicos de educação e saúde. Os deslocamentos internos são um desafio diante das condições topográficas e da infraestrutura viária precária. Destaca-se também, a deficiente oferta de equipamentos urbanos de saúde, educação, além da escassez de espaços públicos de lazer, esporte e convivência qualificados para o uso das comunidades.

Figura 1: Mapa de localização.



Esse contexto de precariedade agrava-se diante das vulnerabilidades do perfil socioeconômico da sua população. Com base em dados do Censo do IBGE de 2022, em toda a poligonal de intervenção do Projeto Salvador SBN há uma pequena predominância feminina (52%) e uma maioria da população autodeclarada preta (47%) e parda (44%). A estrutura etária mostra uma população jovem, com 50% dos moradores com

até 30 anos e apenas 12% com mais de 50 anos e 4% idosos (acima de 60 anos), indicando uma longevidade reduzida na área. A maioria dos responsáveis por domicílios vive com rendimentos baixos, sendo que 70% ganham até dois salários-mínimos.

A complexidade do problema de gestão territorial nas comunidades urbanas reflete-se na carência de um ordenamento urbano qualificado, agravada pelo intenso dinamismo das ocupações informais. Esse cenário frequentemente resulta em construções de moradias que avançam sobre encostas com susceptibilidade a deslizamento, provocando situações de risco.

Diante desse cenário, a PMS vem estruturando políticas e investimentos voltados à redução de riscos, adaptação climática e melhoria das condições de habitabilidade, incluindo o Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR), o Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas (PMAMC) e a Estratégia de Resiliência.

Relatórios recentes do Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) destacam que os impactos das mudanças climáticas afetam de forma mais severa as populações pobres, especialmente em áreas urbanas de ocupação informal e com infraestrutura precária. Diante disso, o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 11 da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) visa tornar as cidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis, reforçando a conexão entre proteção social, riscos e meio ambiente no contexto urbano.

Após as fortes chuvas de 2015 em Salvador, que resultaram em perdas humanas, materiais e um prejuízo econômico de cerca de R$ 46 milhões, a gestão municipal reconheceu a necessidade de reestruturar a CODESAL, priorizando ações de prevenção. Entre as medidas estão a criação do Centro de Monitoramento de Alerta e Alarme da Defesa Civil (CEMADEC), a instalação do sistema de alerta e alarme, o mapeamento de áreas de risco e o fortalecimento das ações educativas e de engajamento comunitário.

Ademais, foram elaborados diversos Planos de Ações Estruturais (PAEs), que indicam soluções geotécnicas, ambientais e de manejo de águas pluviais para reduzir o risco nas áreas mapeadas pela CODESAL. A elaboração dos PAEs evoluiu tecnicamente com o uso de softwares, drones e SBN. Atualmente, são 171 áreas de risco mapeadas e 22 PAEs desenvolvidos, incluindo para as comunidades de Canabrava e Vila Mar.

Em 2022, os dois PAEs de Vila Mar foram selecionados para receber apoio do C40 Cities Finance Facility (CFF), por conformarem um projeto de infraestrutura tangível e com potencial de replicabilidade, além da presença de remanescentes de Mata Atlântica na comunidade. Sob coordenação da FMLF e com forte atuação da CODESAL, foram elaborados em 2024 os projetos preliminares de requalificação urbana e adaptação climática, com a incorporação de SBN e a elaboração de estudos e estratégias voltados à equidade e inclusão.

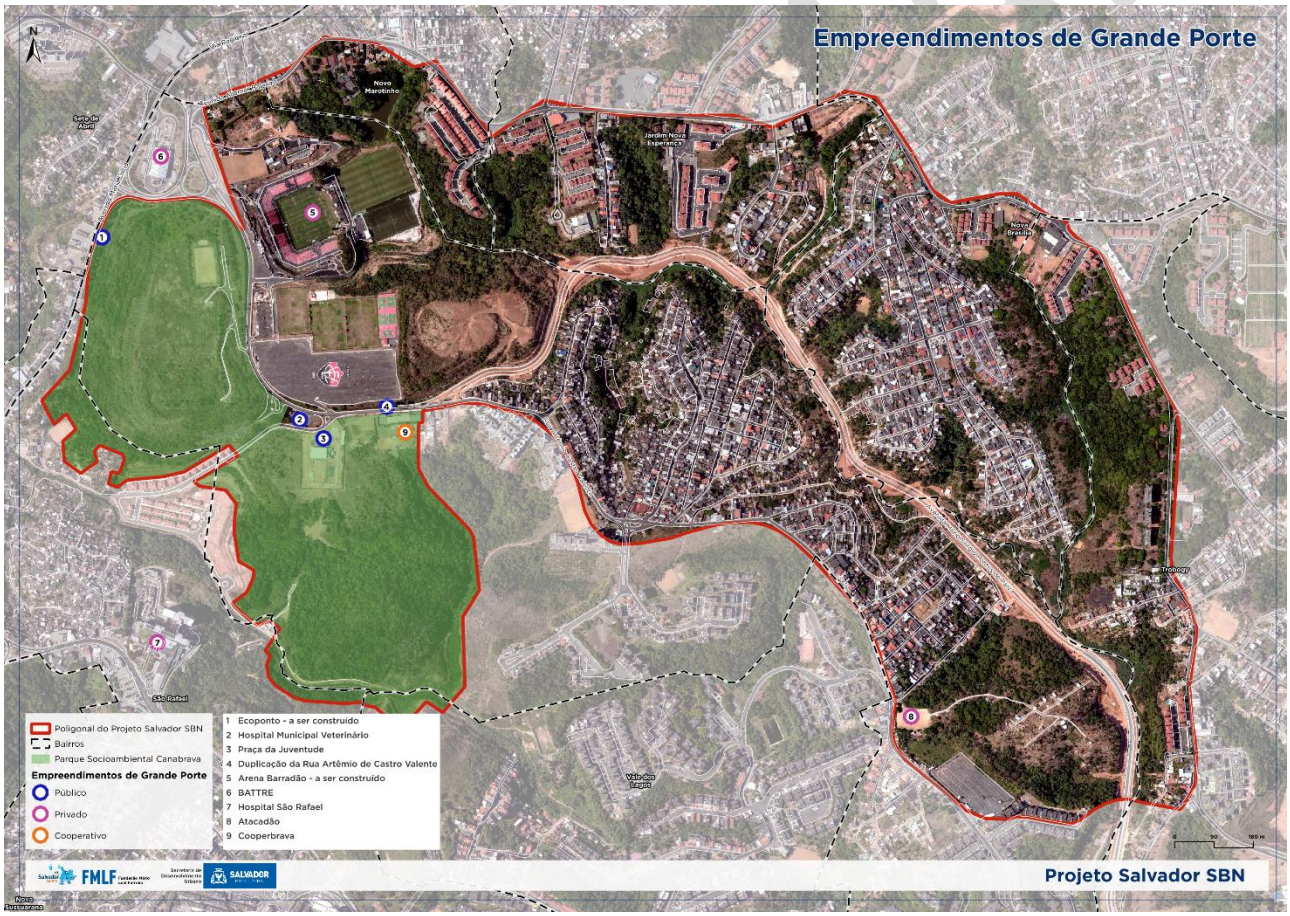
Em 2023, a FMLF, no âmbito do Planejamento Estratégico Municipal, elaborou o Plano de Bairro de Canabrava, visando o desenvolvimento territorial sustentável e inclusivo desta localidade. O plano aborda temas como habitação, acesso a serviços, economia solidária e circular, energia renovável, valorização dos ativos ambientais e segurança alimentar, abrangendo os PAEs Padre Ugo, Três Mangueiras I e Três Mangueiras II. Além do Plano de Bairro, a FMLF coordena a elaboração do projeto executivo do Parque Socioambiental de Canabrava, que busca devolver à sociedade um espaço no qual funcionou, entre 1970 e 2000, o depósito de lixo municipal. O Parque prevê extensas áreas verdes e de preservação ambiental, além da implantação de equipamentos urbanos, com destaque para um horto municipal e uma unidade de compostagem, que tiveram um plano de negócios elaborado com apoio do Gap Fund. No diagnóstico ambiental (seção 3.1.6), há uma descrição das atividades desenvolvidas e dos estudos e projetos realizados para a remediação do passivo ambiental do lixão.

PRELIMINAR

Apesar de integrarem o mesmo território de abrangência, Canabrava e Vila Mar foram abordadas pela FMLF através de instrumentos de planejamento com diferentes escopos, metodologias e graus de aprofundamento. Assim, o nível de informação disponível sobre a realidade socioterritorial de cada comunidade não é equivalente, tampouco o aprofundamento projetual é correspondente.

O projeto para um Ecoponto na Via Regional, em Canabrava (2017); a implantação da Praça da Juventude (2018) e do Hospital Público Veterinário Municipal (2024) nas imediações do parque; e a duplicação da Rua Artêmio Castro Valente (2024), no trecho junto ao Estádio Manuel Barradas, o Barradão, também colaboram para a reversão do estigma associado à área do antigo lixão. O conjunto de ações da PMS na área da intervenção proposta tem incentivado o investimento privado no entorno do Parque, como a transformação, em curso, do Barradão numa arena multiuso para receber grandes eventos corporativos, gastronômicos e musicais com até 60.000 pessoas. A Figura 2 traz esses equipamentos de grande porte inseridos na poligonal de intervenção ou junto dela.

Figura 2: Localização de equipamentos de grande porte.



Nesse contexto, insere-se o **Projeto Salvador SBN**, desenvolvido para promover a requalificação urbana e socioambiental das comunidades de Canabrava e Vila Mar, localizadas na bacia hidrográfica do Rio Mocambo, na região do "Miolo" de Salvador. O Projeto Salvador SBN parte do princípio de que a adoção de soluções convencionais isoladas é insuficiente para fazer face ao quadro de precariedade que se coloca nesta bacia. Por isso, prevê intervenções integradas de urbanização de assentamentos precários, infraestrutura urbana, manejo de águas pluviais, estabilização de encostas, recuperação ambiental, produção habitacional, implantação de equipamentos públicos, fortalecimento comunitário e fomento a meios de vida, em particular com recurso a SBN. Desta forma, pretende-se que a intervenção em Canabrava e Vila Mar as

reconfigurem em territórios modelos que evidenciam como ZEIS podem se converter em comunidades socialmente inclusivas, economicamente fortes e resilientes do ponto de vista climático.

2.2. Experiências Anteriores da PMS

A PMS possui ampla experiência na elaboração e implementação de projetos urbanos, socioambientais e habitacionais que envolvem processos intensos de participação social, mobilização comunitária e articulação institucional. Ao longo dos últimos anos, a FMLF e outros órgãos municipais conduziram iniciativas voltadas à urbanização integrada de assentamentos precários, mitigação de riscos, provisão habitacional, recuperação ambiental e desenvolvimento territorial, nos quais foram incorporados mecanismos de consulta e diálogo com as comunidades beneficiárias.

Entre as experiências mais relevantes destacam-se as dos projetos Novo Mané Dendê, Guerreira Zeferina e Pé Preto, dos planos de bairro para Ilha de Maré e para Canabrava, e do Plano do Pilar. Tais planos e projetos contemplaram, em diferentes escalas, atividades de mobilização comunitária, reuniões públicas, oficinas participativas, atendimentos individualizados, consultas a lideranças locais e articulação com instituições públicas, concessionárias e organizações da sociedade civil (OSCs).

Particularmente relevantes para o Projeto Salvador SBN são as lições extraídas relacionadas à urbanização integrada e ao reassentamento involuntário do Novo Mané Dendê, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e da Guerreira Zeferina. Ambos conformam intervenções em territórios vulneráveis com provisão habitacional, reassentamento de famílias, implantação de infraestrutura urbana e trabalho social continuado. No Novo Mané Dendê, o processo participativo envolveu lideranças comunitárias, associações de moradores, representantes institucionais e de terreiros, concessionárias e diversos segmentos sociais. Os principais focos foram a discussão das propostas, o acompanhamento das ações e o fortalecimento do protagonismo comunitário durante a execução do projeto. Estas iniciativas evidenciaram a importância da comunicação permanente com a população, da coordenação entre equipes técnicas e sociais e da manutenção de canais acessíveis para atendimento e resolução de demandas por vezes não antecipadas.

Também merecem destaque o Projeto Pé Preto e o Plano do Pilar, que incorporaram abordagens participativas na formulação e implementação de intervenções urbanas, reforçando a integração entre planejamento urbano, habitação, infraestrutura e inclusão social. Já no Plano de Bairro de Canabrava, área que está parcialmente incluída no Projeto Salvador SBN, o engajamento da população constituiu uma importante referência tanto para a compreensão das demandas locais, quanto para a construção das diretrizes partilhadas de intervenção neste território. Este tipo de abordagem foi também adotada na elaboração do Plano de Bairro da Ilha de Maré que o antecedeu.

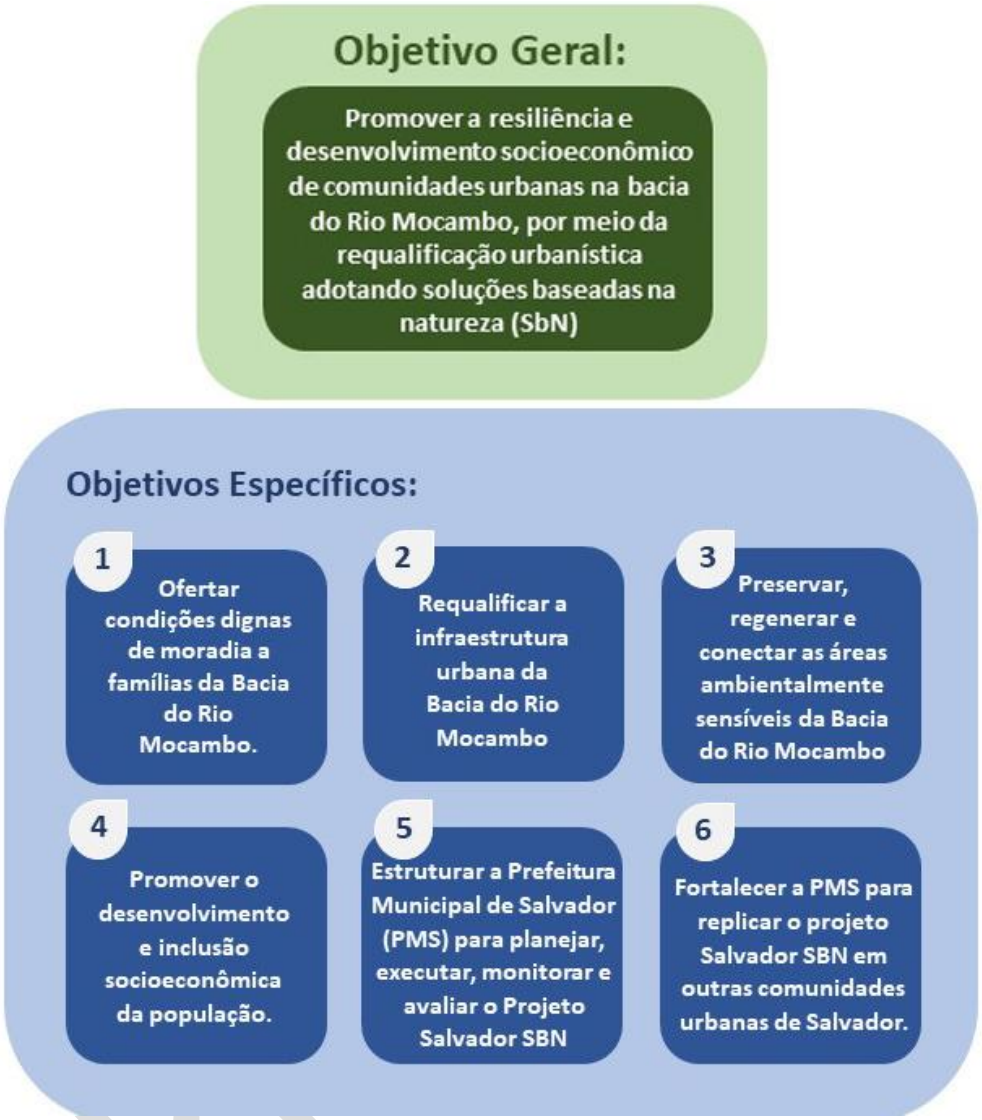
Além da atuação junto às comunidades, a PMS possui trajetória consolidada de articulação institucional em projetos financiados por organismos multilaterais e programas de maior complexidade, envolvendo diferentes secretarias municipais, concessionárias de serviços públicos e parceiros externos. Isso constitui uma base importante para a implementação das ações de envolvimento das partes interessadas previstas neste PEPI. Em seu conjunto, as experiências acumuladas pela PMS demonstram capacidade institucional para conduzir processos de divulgação de informações, consulta, participação social, gestão de reclamações e acompanhamento de populações afetadas, em conformidade com a natureza e a complexidade das intervenções previstas no Projeto Salvador SBN.

PRELIMINAR

2.3. Descrição do Projeto

O Projeto Salvador SBN tem os seguintes objetivos geral e específicos (Figura 3):

Figura 3: Objetivos do Projeto Salvador SBN.



Para a realização deste conjunto de objetivos, o Projeto Salvador SBN foi estruturado em dois componentes, cada um deles com dois subcomponentes, os quais são apresentados no Quadro 1, junto com uma indicação de custo de cada um deles.

Quadro 1: Componentes do Projeto Salvador SBN.

Componente 1 **Resiliência e Oportunidades nas Comunidades de Vila Mar e Canabrava** **(84 milhões de dólares)**	**Componente 2** **Fortalecimento Institucional e Gestão do Projeto** **(16 milhões de dólares)**
Componente 1.1 – Investimentos em Infraestrutura Urbana Híbrida, Mitigação de Riscos, Recuperação e Preservação Ambiental (70,07 milhões de dólares)	Componente 2.1 – Fortalecimento Institucional (2,97 milhões de dólares)
• Infraestrutura urbana de drenagem/controle de cheias, abastecimento de água e saneamento • SBN urbanas para solução/redução de riscos de deslizamentos, inundações e calor urbano, e promoção da biodiversidade • Melhorias em mobilidade e acessibilidade (escadas, rampas e caminhos) integradas às soluções de infraestrutura e SBN • Parque Canabrava (incluindo equipamentos correlatos) • Implantação e/ou reabilitação de espaços públicos e de lazer, centros comunitários e equipamentos multifuncionais • Construção de habitações para reassentamento in situ das famílias retiradas de áreas de risco não-mitigável pelo Projeto • Melhorias habitacionais para as famílias vivendo em risco mitigável na área do Projeto • Estudos técnicos, projetos e gerenciamento e supervisão de obras	• Desenvolvimento e/ou atualização de instrumentos e ferramentas essenciais para identificação, mapeamento e gestão de riscos climáticos multiameaças • Fortalecimento do CEMADEC, incluindo a aquisição de equipamentos e ferramentas; o desenvolvimento e/ou atualização de protocolos de gestão de riscos e alertas climáticos e de sistemas de alerta precoce para deslizamentos de terra, inundações, ondas de calor e elevação do nível do mar; e atividades de sensibilização, treinamento e capacitação para servidores municipais e comunidades • Elaboração de estudos técnicos para áreas prioritárias com vistas à replicação da abordagem integrada da resiliência climática do Projeto em outras comunidades vulneráveis de Salvador • Fortalecimento do sistema de gestão de dados e informações de Salvador (Salvador Dados, IDESH etc.) – inclui assistência técnica para geração de análise e dados, revisão/elaboração de protocolos, capacitação de recursos humanos, arranjos institucionais correlatos e equipamentos • Capacitação de servidores municipais e comunidades em SBN
Componente 1.2 – Sustentabilidade, Inclusão Socioeconômica e Empregos (13,93 milhões de dólares)	Componente 2.2 – Gestão do Projeto (13,03 milhões de dólares)
• Comunicação e engajamento comunitário • Investimentos em trabalho social para o planejamento e a implementação do reassentamento (inclui pós reassentamento) • Compensações relacionadas ao reassentamento • Capacitação profissional e geração de empregos para a população das áreas do Projeto • Apoio ao desenvolvimento e implementação progressiva de um sistema de operação e manutenção de SBN, incluindo: (a) plano de SBN; (b) parcerias e arranjo de governança; (c) treinamentos (jardineiros urbanos, agentes ambientais e gestores comunitários) e sensibilização comunitária; e (d) desenvolvimento de alternativas de OPEX • Dinamização econômica local, com apoio ao empreendedorismo (MEIs, MEs, EPPs)	• Operação da Unidade de Gestão Implementação do Projeto (UGP) e da coexecutora: equipe, consultorias, capacitação e custos administrativos e operacionais incrementais • Apoio à gestão fiduciária: aquisições, gestão financeira, sistemas e auditorias externas • Gestão de riscos ambientais e sociais: preparação e implementação dos instrumentos do Quadro de Gestão Ambiental e Social do Banco Mundial, engajamento de partes interessadas, Mecanismo de Reclamações e Queixas e monitoramento da performance ambiental e social • Atividades de monitoramento, avaliação e aprendizado (ex. pesquisas de linha de base, revisão de meio-termo e avaliação final do projeto e acompanhamento de resultados e verificação independente incluindo recortes de gênero e juventude) • Comunicação e engajamento cidadão: divulgação, sensibilização, transparência e monitoramento

PRELIMINAR

2.4. Atividades Prévias de Engajamento das Partes Interessadas

A preparação do Projeto Salvador SBN apoia-se em processos anteriores de planejamento participativo e mobilização comunitária desenvolvidos pela FMLF na área de intervenção, com destaque para Plano de Bairro de Canabrava, os quais são muito relevantes no âmbito das ações incluídas no Componente 1. Neste âmbito, foram realizadas atividades de comunicação, mobilização e consulta comunitária envolvendo moradores, lideranças locais, organizações sociais, representantes de equipamentos públicos e outros atores atuantes no território.

O processo contemplou reuniões, oficinas participativas, visitas de campo e atividades de escuta voltadas à identificação de problemas, potencialidades e prioridades da comunidade. Contando com a atuação de profissionais especialistas em comunicação, as ações de mobilização envolveram contato direto com associações comunitárias, cooperativas, grupos culturais, instituições locais e lideranças territoriais, utilizando diferentes estratégias para a divulgação das atividades e ampliação da participação da população. As reuniões e eventos de consultas públicas com a comunidade de Canabrava estão indicadas no Quadro 2: .

Quadro 2: Encontros participativos realizados para a elaboração do Plano de Bairro de Canabrava.

Data da consulta	Tipo de evento	Local	Número de participantes	Objetivo da sessão
21/11/2022	Reunião com lideranças	Igreja Batista Querite	36 pessoas	Apresentação do processo de elaboração do plano.
30/11/2022	Oficina 1	Igreja Batista Querite	27 pessoas	Apresentação e discussão do processo de elaboração do plano; leitura preliminar de problemas e potenciais do bairro.
14/01/2023	Oficina 2	Creche e Pré-Escola Primeiro Passo	50 pessoas	Leitura comunitária de problemas e potenciais do bairro.
11/02/2023	Oficina 3	Escola Municipal de Canabrava	49 pessoas	Apresentação e discussão da leitura territorial.
13/04/2023	Oficina Extra	Escola Municipal de Canabrava	44 pessoas	Apresentação e discussão da leitura territorial técnica.
06/05/2023	Oficina 4	Igreja Batista Querite	43 pessoas	Apresentação e discussão da proposta preliminar para o bairro.
03/06/2023	Oficina 5	Escola Municipal Comunitária de Canabrava	64 pessoas	Apresentação e discussão da proposta preliminar para as ZEIS.
08/07/2023	Reunião de conclusão	Igreja Batista Querite	51 pessoas	Apresentação final e discussão do Plano de Bairro.
02/01/2026	Lançamento oficial do Plano	Auditório do Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE)	172 pessoas	Entrega da versão publicada do Plano de Bairro de Canabrava.

No caso do projeto para Vila Mar, a articulação comunitária realizada até o momento ocorreu de forma focalizada, envolvendo lideranças locais indicadas pela Prefeitura-Bairro de Pau da Lima e pela CODESAL. Por outro lado, o processo conduzido envolveu múltiplos atores institucionais da PMS, em particular nas sessões de reforço das capacidades com relação a SBN, mitigação de risco e adaptação climática, como indicado no Quadro 3: . Tais interações trouxeram diversas lições pertinentes que poderão ser incorporadas nas ações incluídas no Componente 2.

PRELIMINAR

Quadro 3: Atividades interinstitucionais realizadas para a elaboração do Projeto Vila Mar.

Data	Tipo de evento	Objetivo da sessão
08/2023	Encontro dos atores do projeto	Semana de missão inicial, com visita de campo e apresentações da minuta do plano de trabalho à Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ) e C40, à FMLF e ao grupo de trabalho do projeto Vila Mar.
12/2023	Oficina de mapeamento de stakeholders de financiamento	Oficina híbrida com a presença de representantes da GIZ, FMLF, Casa Civil, Escritório de Cooperação Internacional (ECI) da PMS, CODESAL e consórcio FFA Arquitetura e Urbanismo (FFA) / Associação Voluntários para o Serviço Internacional – Brasil (AVSI Brasil).
05/2024	Workshop	Apresentação e discussão do Estudo de Equidade e Inclusão, com a presença de representantes da FMLF, Casa Civil, ECI, Prefeitura-Bairro de Pau da Lima, Secretaria Municipal de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes e Lazer (SEMPRE), CODESAL, Secretaria Municipal de Reparação (SEMUR), Secretaria Municipal da Educação (SMED), Secretaria Municipal da Saúde (SMS) e consórcio FFA / AVSI Brasil.
06/2024	Workshop	Capacitação em Conceitos e Práticas de SBN e adaptação baseada em ecossistemas (AbE), em duas sessões, com a presença de representantes da FMLF, CODESAL, ECI, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas (SEINFRA), Secretaria de Manutenção da Cidade (SEMAN), Empresa de Limpeza Urbana de Salvador (LIMPURB), Secretaria Municipal de Governo (SEGOV), Secretaria de Sustentabilidade, Resiliência, Bem-Estar e Proteção Animal (SECIS), Superintendência de Obras Públicas do Salvador (SUCOP) e consórcio FFA / AVSI Brasil.
07/2024	Workshop	Apresentação e discussão das Recomendações para o Reassentamento, com a presença de representantes da FMLF, Casa Civil, CODESAL, SEMPRE, SEINFRA, ECI e consórcio FFA / AVSI Brasil.
07/2024	Workshop	Apresentação e discussão da Estratégia de Articulação e Engajamento, com a presença de representantes da FMLF, CODESAL, SEMPRE, SEINFRA, ECI e consórcio FFA / AVSI Brasil.
08/2024	Encontro técnico	Centrado no tema da Mitigação de risco, saneamento e SBN, com a presença de representantes da FMLF, CODESAL, SEMAN, SECIS, SUCOP e consórcio FFA / AVSI Brasil.

Considerando ambos os casos de Canabrava e Vila Mar, esses processos contribuíram, ainda que em diferentes graus, para a compreensão das características socioterritoriais das duas áreas, a identificação de demandas prioritárias da população e a construção das diretrizes que atualmente orientam as intervenções previstas no Projeto Salvador SBN. Assim, tais processos constituem importante referência para o presente PEPI e serão complementados pelas consultas e atividades de engajamento a serem realizadas durante as etapas de preparação detalhada e implementação do Projeto Salvador SBN.

3. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS PARTES INTERESSADAS

3.1. Premissas do Engajamento das Partes Interessadas

Para atender às melhores práticas nacionais e internacionais, o Projeto Salvador SBN aplicará os seguintes princípios para o engajamento das partes interessadas:

- **Abertura e foco no ciclo de vida do projeto**: As consultas públicas e outras estratégias de participação no projeto serão realizadas durante todo seu ciclo de vida, de forma aberta, sem manipulação, interferência, coerção ou intimidação externas.

PRELIMINAR

- **Participação informada e retorno**: As informações serão fornecidas para todas as partes interessadas num formato adequado, e suas preocupações, críticas e sugestões serão analisadas e receberão o devido retorno por parte dos proponentes do projeto.
- **Inclusão e sensibilidade**: A identificação das partes interessadas será realizada para apoiar uma melhor comunicação e a construção de relações eficazes. O processo de participação nos projetos será inclusivo. Todas as partes interessadas serão incentivadas a participar do processo de consulta em qualquer momento e terão franco acesso à informação. A sensibilidade às necessidades das partes interessadas será o princípio fundamental subjacente à seleção dos métodos de participação. Será dada especial atenção [i] aos grupos vulneráveis que podem estar em risco de serem excluídos dos benefícios do projeto e [ii] às sensibilidades culturais de diversos grupos.
- **Flexibilidade:** Se o contexto cultural (por exemplo, dinâmicas específicas de gênero) ou fatores de governança (por exemplo, possibilidade de retaliação) inibirem as formas tradicionais de interação presencial, a metodologia prevista deve ser adaptada a outras formas de interação, incluindo várias formas de comunicação via Internet ou telefone, ou ainda presenciais.

3.2. Partes Afetados pelo Projeto

Considera-se que o Projeto Salvador SBN terá como beneficiários diretos os moradores da Bacia do Rio Mocambo, abrangendo uma população de cerca de 22.359 habitantes (Censo de 2022), caracterizada predominantemente por pessoas vulneráveis de baixa renda, parte delas residentes em áreas de risco.

Estima-se que as intervenções previstas possam gerar impactos positivos relacionados à melhoria das condições de habitabilidade, infraestrutura urbana, saneamento, mobilidade, redução de riscos e qualificação ambiental. Contudo, elas poderão também trazer impactos adversos temporários e permanentes, especialmente associados a obras urbanas, restrições de acesso, interferências sobre atividades econômicas e necessidade de reassentamento involuntário de famílias situadas em áreas diretamente afetadas pelas intervenções. Considerando o estágio atual de desenvolvimento do Projeto Salvador SBN, a identificação das partes afetadas possui caráter preliminar e será detalhada ao longo de sua preparação e implementação, em articulação com os instrumentos socioambientais aplicáveis, especialmente o Marco de Reassentamento Involuntário (MRI).

Entre as partes afetadas pelo Projeto incluem-se moradores da área de intervenção, famílias vivendo em áreas de risco, comerciantes, trabalhadores locais, usuários dos espaços públicos, organizações comunitárias e famílias potencialmente sujeitas a reassentamento. Entre essas populações encontram-se grupos que poderão apresentar maior vulnerabilidade aos impactos do Projeto Salvador SBN ou maiores dificuldades de participação nos processos de engajamento, os quais são descritos na Seção 3.4.

Considerando a área de abrangência da poligonal do projeto, além das áreas prioritárias de Canabrava e Vila Mar, foi identificada a ocupação informal de Terra Prometida, que acumula o contexto de risco, além da vulnerabilidade socioeconômica, por se localizar na área da linha de transmissão da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF).

O Quadro 4 apresenta o mapeamento preliminar das principais partes potencialmente afetadas pelo Projeto Salvador SBN, elaborado com base em dados secundários e estudos de campo realizados até o momento nas duas comunidades.

PRELIMINAR

Quadro 4 Potenciais partes afetadas pelo Projeto Salvador SBN.

Categoria	Partes potencialmente afetadas	Localidade	Ramo de atuação
Associações e cooperativas locais	Associação Cultural de Capoeira Mangangá	Vila Mar	Promoção de atividades para resgatar e manter as tradições culturais, fomentando, dentre outros, a capoeira e o hip hop como expressões culturais de comunidades periféricas.
	Associação de Capoeira Estilo e Mandinga	Vila Mar	
	Grupo de Capoeira Raízes do Dendê	Canabrava	
	Capoeira Bandeira do Brasil	Canabrava	
	Coletivo Sociocultural Fábrica de Rimas	Vila Mar	
	Projeto de Percussão K1	Canabrava	
	Associação de Moradores do Loteamento Vila Mar	Vila Mar	Representação dos interesses dos moradores, focando na melhoria das condições de vida locais.
	Conselho comunitário de Pau da Lima	Canabrava	
	Associação das Três Mangueiras	Canabrava	
	Escolinha de Futebol Nova Amizade	Vila Mar	Promoção da educação esportiva para crianças, jovens e adultos com foco na disciplina, integração social, saúde e bem-estar.
	Grupo de Veteranos de Futebol	Vila Mar	
	Baba das Estrelas	Canabrava	
	Grupo Cultural Bicho da Cana	Canabrava	
	Grupo de Futebol Revelação	Canabrava	
	Academia de Boxe do Mestre Boca	Canabrava	
	Escola de Futebol "Cordeirinhos de Cristo"	Canabrava	
	Projeto Decolar Futebol	Canabrava	
	Liga de Futebol	Canabrava	
	Grupo de Samba "Bicho de Cana"	Canabrava	
	Grupo "Mania de Samba Reggae"	Canabrava	Banda de percussão da comunidade.
	Associação Cultural e Esportiva da Comunidade de Canabrava (ACECC)	Canabrava	Associação que esteve à frente da demanda de elaboração do Plano de Bairro de Canabrava. Desenvolve iniciativas como o "Canto da Leitura", "Canção da Estepe", aulas de flauta e canto, "Capoeira Bandeira do Brasil" e grupo de capoeira Mestre Carlinhos.
	Cooperativa de Catadores Agentes Ecológicos (CAEC)	Canabrava	Cooperativas e organizações que atuam com coleta e reciclagem de resíduos contribuindo para a geração de renda local e para a redução dos impactos ambientais.
	Cooperativa de Catadores Cooperbrava	Canabrava	
	Cooperativa de Trabalho de Catadores de Rua Protetores Ambientais de Canabrava (CANARECICLA)	Canabrava	
	Sucateiro Irmão	Canabrava	
	JNS Sucata Ambiental	Canabrava	
	Movimento dos Catadores	Canabrava	
	Rádio Comunitária	Canabrava	Comunicação local para divulgação de informações de interesse da comunidade.
	Terra Prometida	Canabrava	Assentamento informal instalado sob a área da linha de transmissão da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF)
Instituições de ensino particular	Creche Casa da Luz	Canabrava	Unidades de ensino particular voltadas à educação infantil.
	Creche Bezerra de Menezes	Canabrava	
	Casa da Criança Bezerra de Menezes	Canabrava	
	Centro Educacional Antonino Silva	Vila Mar	

PRELIMINAR

Categoria	Partes potencialmente afetadas	Localidade	Ramo de atuação
	Escola Maritel	Canabrava	
	Escola Cristã Tia Paty	Canabrava	
	Colégio Papillon Nobre	Canabrava	
Instituições religiosas	Assembleia de Deus	Vila Mar	Promoção de ritos e tradições religiosas centrais para a prática da fé de seus seguidores. Nota: em trabalho de campo, foram identificadas mais de 30 igrejas no bairro de Canabrava, as quais não estão incluídas nesta lista.
	Congregação Cristã no Brasil	Vila Mar	
	Igreja Adventista do Sétimo Dia	Vila Mar	
	Igreja Apostólica El Roí	Vila Mar	
	Igreja Batista do Caminho das Árvores	Vila Mar	
	Igreja Batista Nacional Lírio dos Vales	Vila Mar	
	Igreja do Evangelho Quadrangular	Vila Mar	
	Igreja Nossa Senhora do Rosário	Vila Mar	
	Igreja Pentecostal Deus é Amor	Vila Mar	
	Igreja Batista Querite	Canabrava	
	Primeira Igreja Batista de Vila Mar	Vila Mar	
	Terreiro Ile Axé Ajagun	Canabrava	
	Terreiro Ile Tibojemim Axe	Canabrava	
	Terreiro Suitala Mean	Canabrava	

Conforme descrito anteriormente, os processos de engajamento conduzidos nas comunidades de Canabrava e Vila Mar, ocorreram em contextos distintos e com diferentes níveis de aprofundamento. Em Canabrava, a elaboração do Plano de Bairro promoveu um processo participativo amplo e contínuo, envolvendo mais de 530 participantes em nove eventos realizados entre 2022 e 2026. Em Vila Mar, as interações realizadas até o momento concentraram-se principalmente no nível institucional, envolvendo lideranças indicadas pela Prefeitura-Bairro de Pau da Lima e pela CODESAL, sem um processo estruturado de engajamento direto e abrangente junto à população residente.

Considerando essas diferenças, o Projeto adotará uma estratégia de engajamento destinada a assegurar um nível adequado e consistente de participação das comunidades nas duas áreas de intervenção. Essa estratégia prevê metodologias, responsabilidades, produtos e mecanismos de monitoramento específicos para ampliar o alcance e a efetividade das ações de engajamento em Vila Mar (Seção 4.4).

3.3. Outras Partes Interessadas

Além das partes diretamente afetadas, o Projeto Salvador SBN envolve instituições, organizações e grupos que possuem interesse nas intervenções propostas e podem contribuir para sua implementação ou ser influenciados por seus resultados. Essas partes interessadas incluem órgãos públicos, concessionárias de serviços, OSCs, entidades representativas, instituições de ensino e pesquisa, organizações religiosas, meios de comunicação e demais atores com atuação nos territórios de intervenção ou em temas relacionados ao Projeto.

O mapeamento preliminar das principais partes interessadas identificadas nesta etapa é apresentado no Quadro 5 . Esse mapeamento poderá ser atualizado ao longo da implementação do Projeto, à medida que novos atores sejam identificados ou passem a desempenhar papel relevante nos processos de engajamento e acompanhamento das intervenções.

PRELIMINAR

Quadro 5 Potenciais partes interessadas no Projeto Salvador SBN

Categoria	Parte interessada	Ramo de atuação
Instituições de saúde	Unidade de Saúde da Família Nova Brasília	Promoção de serviços de saúde preventiva, incluindo: atendimento básico, acompanhamento contínuo dos pacientes (especialmente aqueles mais vulneráveis), assistência integral e educação para a saúde.
	Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Pau da Lima	
	Unidade de Saúde da Família (USF) Canabrava	
	Unidade Básica de Saúde (UBS) Canabrava	
	Unidade de Saúde da Família João Roma Filho, Nova Brasília	
Instituições educacionais	Creche e Pré-Escola Primeiro Passo, Vila Mar	Unidades escolares voltadas à educação infantil (primeira infância).
	Creche e Pré-Escola Primeiro Passo, Canabrava	
	Escola Comunitária Municipal de Canabrava	Unidades escolares voltadas à educação (ensino fundamental).
	Escola Municipal de Canabrava	
	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Unidades de ensino superior, que realizam pesquisas científicas e tecnológicas, grupos de pesquisa com atuação em Mata Atlântica e biodiversidade urbana, e a prestação de serviços à comunidade através de programas de extensão.
	Universidade do Estado da Bahia (UESB)	
	Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE)	
Instituições governamentais	Casa Civil	Órgãos responsáveis pela promoção da melhoria da qualidade de vida dos cidadãos de Salvador, através de políticas públicas integradas e serviços essenciais.
	CODESAL	
	FMLF	
	LIMPURB	
	Núcleo Especial de Apoio à Primeira Infância (NEAPI)	
	Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (NUPDECs)	
	Prefeitura-Bairro Pau da Lima	
	SECIS	
	Secretaria de Comunicação (SECOM)	
	Secretaria de Cultura e Turismo (SECULT)	
	SEINFRA	
	SEMAN	
	Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Emprego e Renda (SEMDEC)	
	Secretaria Municipal de Gestão (SEMGE)	
	Secretaria Municipal de Mobilidade (SEMOB)	
	Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEMOP)	
	SEMPRE	
	SEMUR	
	SMED	
	SMS	
	Secretaria de Políticas para Mulheres, Infância e Juventude (SPMJ)	
Setor privado	Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda (BATTRE)	Empresa responsável pela operação e manutenção dos resíduos sólidos urbanos de Salvador, Simões Filho e Lauro de Freitas.
	Comerciantes e empresas privadas.	Vendedores de produtos e serviços locais para as comunidades.

PRELIMINAR

Categoria	Parte interessada	Ramo de atuação
Organizações não governamentais (ONGs)	Entidades do terceiro setor externas às duas comunidades.	Promoção de atividades voltadas à melhoria da educação, saúde, cultura, meio ambiente, dentre outros.
Imprensa	Jornais, revistas, rádio, televisão, plataformas digitais e redes sociais.	Disseminação de informações relevantes de interesse coletivo.
Conselhos e assessorias técnicas de habitação de interesse social (ATHIS)	Conselhos locais, comunitários e profissionais (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia, CREA-BA, e Conselho de Arquitetura e Urbanismo, CAU); assessorias técnicas nas áreas de Arquitetura, Urbanismo, Engenharia, Assistência Social, Direito, Geografia e/ou outras relacionadas à ATHIS.	Representação e defesa dos interesses das comunidades, promoção da participação social na articulação de políticas públicas em nível local, fiscalização e regulamentação do exercício profissional, assegurando a qualidade dos serviços e o cumprimento das normas, apoio nos processos de autoconstrução e de validação do direito à cidade.
Outras instituições	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA	Órgão federal com competência de fiscalização e licenciamento em áreas de Mata Atlântica nos termos da Lei nº 11.428/2006 (Lei da Mata Atlântica)
	Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hidricos - INEMA	Órgão federal com competência à execução de ações e programas para Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade, Recursos Hídricos, Educação Ambiental e sobre Mudança do Clima.
	Empresa Baiana de Saneamento - EMBASA	Empresa de administração e execução dos serviços de saneamento básico, tratamento e distribuição de água, e destinação final de esgotos sanitários no Estado da Bahia

3.4. Grupos em Situação de Vulnerabilidade

Os grupos em situação de vulnerabilidade constituem um subconjunto das partes afetadas pelo Projeto Salvador SBN e demandam atenção específica para assegurar acesso à informação e participação adequada nos processos de consulta e engajamento. Para fins deste PEPI, consideram-se neste grupo pessoas em situação de vulnerabilidade que, em razão de fatores socioeconômicos, territoriais, etários, culturais, de gênero, deficiência ou dificuldades de acesso à informação e aos serviços públicos, possam estar mais expostos a impactos negativos. Com base nas informações atualmente disponíveis, dentre as partes afetadas pelo projeto, destacam-se como grupos potencialmente mais vulneráveis:

- Mulheres, especialmente chefes de família monoparentais;
- População negra;
- Idosos;
- Pessoas com deficiência;
- Crianças e adolescentes;
- População LGBTQIAPN+;
- Pessoas passíveis de reassentamento;
- Trabalhadores informais;

PRELIMINAR

- Famílias em extrema vulnerabilidade socioeconômica.

Considerando que os levantamentos socioeconômicos detalhados ainda serão realizados, a identificação e caracterização desses grupos serão aprimoradas durante as etapas subsequentes de preparação e implementação do Projeto. As estratégias de comunicação, consulta e participação previstas neste PEPI buscaram considerar as necessidades específicas destes grupos, promovendo condições adequadas para sua inclusão nos processos de engajamento.

4. ESTRATÉGIA DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

4.1. Objetivos do Engajamento

O engajamento das partes interessadas no âmbito do Projeto Salvador SBN tem como objetivos:

- Promover o acesso à informação;
- Apoiar a identificação e a gestão de impactos socioambientais;
- Subsidiar o aperfeiçoamento das intervenções propostas;
- Fortalecer o diálogo entre a PMS e os diferentes públicos envolvidos;
- Assegurar mecanismos acessíveis para a apresentação de dúvidas, sugestões, reclamações e queixas.

As estratégias de engajamento previstas neste PEPI foram delineadas considerando o estágio atual de desenvolvimento do Projeto, no qual ainda há um amplo leque de informações sociais a serem coletadas; a natureza das intervenções propostas; e as características dos diferentes grupos de partes interessadas identificados.

4.2. Estratégias por Fase do Projeto

No Quadro 6 estão discriminadas as estratégias de engajamento previstas por fase do Projeto Salvador SBN. Os instrumentos de participação poderão ser ajustados ao longo da implementação, conforme a evolução do Projeto e as necessidades identificadas nos territórios de intervenção.

Quadro 5: Estratégias de engajamento por fase do Projeto Salvador SBN.

Público	Objetivo	Instrumentos
Fase de Preparação		
Comunidades e moradores das áreas de intervenção.	Apresentar o Projeto, divulgar informações e obter contribuições para o aperfeiçoamento das propostas.	Reuniões comunitárias, oficinas, consultas públicas, materiais informativos e canais digitais.
Famílias potencialmente afetadas por reassentamento.	Informar sobre os estudos em desenvolvimento e levantar informações relevantes para o planejamento das intervenções.	Reuniões específicas, atendimentos individuais e atividades de campo.
Organizações comunitárias e lideranças locais.	Apoiar a mobilização social e disseminação de informações.	Reuniões de articulação e canais de comunicação do Projeto.
Órgãos públicos, concessionárias e instituições parceiras.	Compartilhar informações técnicas e alinhar ações relacionadas ao Projeto.	Reuniões técnicas, grupos de trabalho e comunicações institucionais.
OSCs, universidades e entidades representativas.	Receber contribuições e compartilhar informações sobre o Projeto.	Reuniões, consultas e eventos institucionais.

PRELIMINAR

Público	Objetivo	Instrumentos
Fase de Implementação		
Moradores e usuários das áreas de intervenção.	Informar sobre cronogramas, impactos temporários e medidas de mitigação.	Reuniões comunitárias, escritório local, materiais informativos, WhatsApp e canais digitais.
Famílias afetadas por reassentamento físico ou econômico.	Assegurar informação adequada e acompanhamento dos processos previstos no MRI.	Atendimentos individualizados, visitas domiciliares e reuniões específicas.
Comerciantes e trabalhadores locais.	Informar sobre interferências temporárias e medidas de mitigação.	Reuniões específicas, atendimentos individuais e canais de comunicação do Projeto.
Organizações comunitárias e lideranças locais.	Apoiar a circulação de informações e o encaminhamento de demandas.	Reuniões periódicas e canais de comunicação.
Órgãos públicos e concessionárias.	Coordenar ações relacionadas à execução das intervenções.	Reuniões técnicas e comunicações institucionais.
Fase de Operação e Encerramento		
Comunidades beneficiárias.	Divulgar resultados alcançados e orientar sobre os canais de atendimento disponíveis.	Reuniões, materiais informativos e meios digitais.
Famílias reassentadas.	Acompanhar questões pendentes relacionadas ao reassentamento.	Atendimentos específicos e atividades de acompanhamento social.
Instituições públicas responsáveis pela operação e manutenção.	Compartilhar informações relevantes para continuidade das ações.	Reuniões técnicas e comunicações institucionais.
Organizações comunitárias e demais partes interessadas.	Apresentar resultados e lições aprendidas.	Reuniões e eventos de divulgação dos resultados do Projeto.

4.3. Estratégias Enfocando Grupos Vulneráveis

Considerando as características socioeconômicas dos dois territórios abrangidos pelo Projeto Salvador SBN, ainda que baseadas em dados preliminares, especial atenção será dada à participação de grupos potencialmente mais vulneráveis aos impactos das intervenções ou que possam enfrentar barreiras de acesso à informação e aos processos participativos. As atividades de engajamento buscarão adotar medidas compatíveis com as necessidades desses grupos, incluindo:

- Utilização de linguagem acessível;
- Realização de atividades em locais adequados e acessíveis;
- Disponibilização de diferentes canais de comunicação e atendimento;
- Realização de atendimentos individualizados quando necessário;
- Articulação com instituições e lideranças locais que atuem junto a essas populações.

As estratégias específicas de engajamento poderão ser ajustadas e detalhadas ao longo da implementação do Projeto, com base nas informações produzidas pelos levantamentos socioeconômicos, pelas atividades de campo e pelos processos de consulta e participação social.

Serão considerados para estratégia específica de engajamento a priorização dos grupos vulneráveis, sendo eles:

PRELIMINAR

- Mulheres chefes de família monoparentais: reuniões e atendimentos em horários e locais compatíveis com as responsabilidades de cuidado; ações táticas de serviços em parceria com a SPMJ. Identificação de lideranças femininas para composição das comissões de moradores.
- Idosos e pessoas com deficiência: visitas domiciliares prioritárias; materiais informativos em formato acessível (fonte ampliada, áudio, linguagem simples); acessibilidade garantida nos locais de reunião. Articulação com a USF de Nova Brasília e com o CRAS Pau da Lima para identificação e acompanhamento.
- Crianças e adolescentes: envolvimento das instituições de ensino e da Creche Primeiro Passo como canais de alcance às famílias; ações de educação ambiental e sobre SBN para crianças de 0 a 6 anos com apoio do NEAPI; atividades socioeducativas e desportivas para adolescentes com as associações culturais e esportivas locais, visando ao seu papel como futuros agentes ambientais.
- Trabalhadores informais e comerciantes: mapeamento específico antes do início das obras, com comunicação direta sobre impactos temporários e medidas de mitigação; prioridade nos programas de capacitação profissional e empregos gerados pelo projeto.
- Famílias em extrema vulnerabilidade socioeconômica: articulação com SEMPRE e CRAS Pau da Lima para encaminhamento a programas de proteção social; prioridade no atendimento do Espaço de Convivência; ações táticas de serviços durante a fase de entrada na comunidade.

4.4. Plano de Engajamento para a comunidade de Vila Mar

Dado o histórico de engajamento predominantemente interinstitucional com a comunidade de Vila Mar, o Projeto Salvador SBN adotará uma abordagem estruturada de engajamento comunitário para essa localidade, orientada pelos seguintes princípios complementares aos já estabelecidos na Seção 3.1 deste PEPI:

- Nivelamento gradual e sustentado: as ações serão planejadas para criar vínculos progressivos, com presença continuada no território, evitando o risco de uma entrada pontual que gere expectativas sem respaldo na continuidade.
- Coprodução: a estratégia prevê a participação ativa dos moradores no refinamento das propostas de intervenção, na definição de modalidades de compensação e no modelo de cogestão das SBN, reconhecendo a opinião local como elemento constitutivo das soluções.
- Intersetorialidade: o engajamento de Vila Mar não se resume à equipe social do projeto. Implica a participação articulada de múltiplas secretarias municipais, com coordenação ativa pela UGP/FMLF, para que a comunidade experiencie o poder público como interlocutor coerente e responsivo.

Considerando a experiência da FMLF em contexto de planos e projetos, será aplicada à Vila Mar o mesmo formato de participação adotado em Canabrava durante a realização do plano, considerando uma abordagem inicial para verificar as necessidades e desejos da população e conhecer melhor a comunidade.

Para isso será realizada uma reunião inicial com as lideranças identificadas através da Prefeitura Bairro de Pau da Lima, de forma a apresentar o projeto e as propostas de intervenção pensadas para a comunidade de Vila Mar. Em seguimento, serão realizadas reuniões comunitárias e oficinas de participação social, tendo as lideranças locais como articuladoras do processo participativo, atraindo a comunidade. Esses encontros estarão abertos a todos os moradores, em especial àqueles potencialmente afetados pelas intervenções, e terão como objetivo informar, esclarecer dúvidas, receber contribuições e registrar as manifestações da comunidade.

PRELIMINAR

A organização das oficinas deverá escolher locais para a realização, considerando a proximidade das moradias, a acessibilidade e a neutralidade do espaço, de modo a garantir um ambiente adequado e seguro para a participação de todos. Para a divulgação das oficinas o Projeto combinará a comunicação direta através das lideranças locais com auxílio da Prefeitura Bairro, cartazes e panfletos em pontos de alta circulação (padarias, igrejas, farmácias, USF), divulgação através de rádio comunitária (quando disponível) e redes sociais do projeto e da FMLF.

Todos os materiais serão produzidos em linguagem acessível, com representação visual da diversidade étnica e de gênero da comunidade. Serão utilizadas também estratégias de engajamento específicas aos grupos vulneráveis, conforme já estabelecidos no item 4.3.

4.5. Protocolo de Engajamento Culturalmente Adequado para Terreiros e Comunidades Culturais Afro-Brasileiras

A área de intervenção do Projeto Salvador SBN abriga terreiros de religiões de matriz africana que constituem parte do patrimônio cultural imaterial e das redes de sociabilidade das comunidades de Canabrava e Vila Mar. Além do seu significado espiritual e cultural, os terreiros frequentemente exercem funções sociais relevantes no território, atuando como redes de apoio, referências comunitárias e espaços de preservação de práticas culturais afro-brasileiras.

A abordagem adotada pelo Projeto deverá ser sensível a essa dimensão, reconhecendo que qualquer interferência física ou social sobre terreiros — seja por deslocamento, restrição de acesso, perturbação de rituais ou impactos sobre objetos sagrados — requer tratamento diferenciado e culturalmente informado, em conformidade com a NAS 8 (Patrimônio Cultural) do QAS do Banco Mundial.

O engajamento com terreiros e comunidades culturais afro-brasileiras observará os seguintes princípios:

- Respeito à autonomia e ao calendário ritual: a agenda de engajamento será construída em diálogo com os responsáveis pelos terreiros (mães e pais de santo), respeitando os períodos de festas, obrigações e outros momentos de intensa atividade ritual nos quais a disponibilidade para reuniões e atendimentos técnicos é reduzida.
- Reconhecimento da autoridade espiritual: as decisões relativas ao terreiro são prerrogativa de seus responsáveis espirituais. As consultas e negociações serão realizadas diretamente com a liderança máxima de cada casa, respeitando os processos internos de tomada de decisão.
- Confidencialidade de elementos sagrados: informações sobre práticas rituais, disposição de objetos sagrados e conteúdo de espaços de uso exclusivamente religioso não serão divulgadas sem consentimento expresso e terão acesso restrito dentro da equipe técnica do projeto.
- Valorização do papel social: os terreiros serão reconhecidos e comunicados sobre seu papel como parceiros estratégicos do projeto, não apenas como partes potencialmente afetadas, contribuindo com seu conhecimento do território, suas redes comunitárias e sua capacidade de mobilização.

O quadro a seguir resume os procedimentos específicos de engajamento previstos para terreiros e grupos culturais afro-brasileiros potencialmente afetados pelo Projeto.

Quadro 6: Procedimentos de Engajamento Culturalmente Adequado para Terreiros e Comunidades Culturais Afro-Brasileiras

Tema	Procedimentos
Identificação e mapeamento	O Projeto realizará a identificação e o mapeamento complementar de terreiros e grupos culturais afro-brasileiros potencialmente afetados, com apoio de instituições e redes locais.

PRELIMINAR

Consultas e participação	As consultas serão conduzidas de forma culturalmente apropriada, respeitando os espaços, os processos decisórios e as especificidades das comunidades de terreiro. As contribuições recebidas serão registradas e consideradas no Projeto.
Impactos sobre terreiros	Caso haja impactos sobre terreiros, o Projeto realizará consultas específicas com as lideranças religiosas e adotará medidas para proteger seu patrimônio material e imaterial, assegurar a continuidade das práticas religiosas e apoiar eventuais processos de realocação, quando necessários.
Grupos culturais afro-brasileiros	Os grupos culturais afro-brasileiros serão engajados ao longo da implementação do Projeto e poderão participar das atividades comunitárias e de valorização cultural promovidas pela iniciativa.
Devolutivas	O Projeto fornecerá devolutivas sobre os resultados das consultas e a consideração das contribuições recebidas, utilizando canais de comunicação adequados às partes interessadas.

4.6. Protocolos de Engajamento Sensíveis às Condições de Segurança

A avaliação socioambiental do Projeto, descrita no MGAS do Projeto Salvador SBN, identifica a segurança comunitária como um risco relevante, considerando a presença de facções criminosas na área de intervenção e seus potenciais impactos sobre trabalhadores e comunidades (Quadro 11 e análise de lacunas da NAS 4). Para mitigar esse risco, será elaborado o Protocolo de Gestão de Riscos de Segurança (PGRS), previsto no MGAS para orientar a atuação segura das equipes e a execução das obras.

No âmbito do engajamento das partes interessadas, o PGRS será complementado pelas ações previstas no Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS), incluindo medidas voltadas à prevenção e à mediação de conflitos relacionados à violência no território. A metodologia de engajamento será adaptada às condições de segurança locais, podendo substituir reuniões coletivas por atendimentos domiciliares, encontros em grupos reduzidos ou canais digitais, quando necessário.

A equipe social monitorará continuamente as condições de segurança por meio do diálogo com lideranças e atores locais, comunicando à coordenação do Projeto qualquer situação que exija o adiamento, cancelamento ou reformulação das atividades. O planejamento de encontros presenciais priorizará horários diurnos e locais institucionalmente reconhecidos e acessíveis, como escolas, igrejas e equipamentos públicos.

Os canais do Mecanismo de Gestão de Queixas e Reclamações (MGQR) serão amplamente divulgados, garantindo opções que preservem a confidencialidade e não exijam identificação presencial dos reclamantes. Incidentes de segurança relacionados às atividades de engajamento serão registrados e analisados pela UGP para revisão dos procedimentos adotados. Quando necessário, serão acionadas as medidas previstas no Plano de Preparação e Resposta a Emergências (PPRE).

5. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES E COMUNICAÇÃO

5.1. Informações a Serem Divulgadas

Em atendimento aos princípios de transparência previstos na Norma Ambiental e Social do Banco Mundial (NAS 10), a PMS através da FMLF e SUCOP, adotarão estratégias de contínua divulgação de informações ao longo do ciclo do Projeto Salvador SBN, onde serão divulgadas informações relevantes para as partes interessadas, de forma compatível com cada fase: (i) preparação, (ii) implementação e (iii) operação e encerramento das intervenções. Entre as principais informações a serem disponibilizadas destacam-se:

PRELIMINAR

- Objetivos e escopo do Projeto;
- Cronogramas e etapas de implementação;
- Características das intervenções previstas;
- Potenciais impactos socioambientais e respectivas medidas de mitigação adotadas;
- Instrumentos ambientais e sociais previstos no Projeto;
- Informações relacionadas a processos de reassentamento;
- Oportunidades de participação e consulta;
- Canais de atendimento e Mecanismo de Gestão de Queixas e Reclamações (MGQR);
- Informações sobre o andamento das ações e resultados alcançados.

A divulgação dessas informações buscará assegurar transparência, previsibilidade e acesso adequado ao conteúdo de interesse das comunidades afetadas e das demais partes interessadas. O quadro a seguir apresenta os principais conteúdos a serem divulgados, os respectivos públicos-alvo, o momento da divulgação e os meios de comunicação previstos.

Quadro 7: Procedimentos e temporalidade de divulgação

Informação a ser divulgada	Público-alvo	Momento da divulgação	Meios de divulgação
Instrumentos socioambientais	Partes interessadas, Lideranças da comunidade	Consulta pública	Site institucional, webinário
Cronograma de execução do projeto	Comunidades afetadas	Antes e durante as obras	Reuniões, WhatsApp, cartazes
Impactos previstos e medidas mitigadoras	Comunidades afetadas	Antes das obras	Oficinas, reuniões, folhetos
Mecanismo de Queixas	Todos os interessados	Durante todo o projeto	Site, cartilhas, placas nas obras
Medidas de prevenção à EAS/AS	Trabalhadores e comunidades	Antes e durante as obras	Treinamentos, campanhas e materiais informativos
Resultados do monitoramento socioambiental	Partes interessadas	Periodicamente	Relatórios e reuniões
Contatos do GRS e do Painel de Inspeção do Banco Mundial	Contatos do GRS e do Painel de Inspeção do Banco Mundial	Durante toda a implementação	PEPI, site institucional e materiais informativos

5.2. Canais e Instrumentos de Comunicação

A comunicação com as partes interessadas será realizada por meio de canais presenciais e remotos, selecionados conforme o público-alvo, a etapa de implementação e as características dos territórios atendidos. Poderão ser utilizados, entre outros:

- Reuniões comunitárias e oficinas;
- Canais institucionais da PMS e outros dedicados ao Projeto;
- Materiais informativos impressos ou digitais;
- Contatos telefônicos, aplicativos de mensagens e correio eletrônico;
- Consultas públicas e eventos de divulgação.

Além dos canais institucionais da Ouvidoria Geral do Município, o Projeto disponibilizará canais de atendimento e escuta no território de intervenção, a exemplo do escritório local de apoio social e da unidade móvel de atendimento. Estes poderão apoiar a divulgação de informações, o recebimento de manifestações,

PRELIMINAR

o esclarecimento de dúvidas e o encaminhamento de demandas relacionadas ao Projeto, especialmente para populações sem acesso aos meios digitais. A seleção dos instrumentos de comunicação deverá considerar acessibilidade, linguagem adequada ao público e alcance territorial, buscando favorecer a participação de grupos potencialmente mais vulneráveis e daqueles com maiores dificuldades de acesso à informação.

Além das ações voltadas às comunidades e demais partes interessadas externas, o Projeto Salvador SBN demandará processos contínuos de comunicação e articulação entre os órgãos e entidades da PMS envolvidos em sua preparação e implementação. A comunicação institucional terá como objetivos:

- Promover o alinhamento das ações do Projeto;
- Facilitar o compartilhamento de informações técnicas;
- Apoiar a coordenação entre os diferentes componentes da operação;
- Contribuir para o acompanhamento dos resultados alcançados.

Assim, no âmbito do Componente 2, Fortalecimento Institucional e Gestão do Projeto, o engajamento institucional buscará fortalecer a capacidade da PMS para o planejamento, a implementação e o monitoramento de intervenções baseadas em SBN, bem como apoiar a integração entre as diferentes áreas responsáveis pela execução do Projeto. Para esse fim, poderão ser utilizados instrumentos específicos, como reuniões técnicas periódicas, grupos de trabalho, oficinas de capacitação, seminários, intercâmbio de experiências e plataformas de compartilhamento de informações.

Participarão dessas atividades, conforme suas competências e atribuições, o pessoal da Unidade de Gestão do Projeto (UGP), a Unidade de Implementação do Projeto (UIP), de órgãos executores, secretarias municipais envolvidas, entidades parceiras e demais instituições que venham a contribuir para a implementação das ações previstas. A definição dos mecanismos de coordenação institucional a serem adotados ao longo da implementação do Projeto será feita nas etapas posteriores de planejamento da intervenção.

5.3. Informações e Contribuições Esperadas das Partes Interessadas

O Projeto Salvador SBN buscará receber das partes interessadas informações que contribuam para o aprimoramento das intervenções propostas, a identificação de riscos e impactos socioambientais e o acompanhamento da implementação das ações previstas. Dentre essas, destacam-se:

- Informações sobre as condições sociais, urbanas e ambientais dos territórios de intervenção;
- Identificação de riscos, impactos e oportunidades associados às intervenções;
- Demandas e prioridades das comunidades beneficiárias;
- Informações relacionadas a grupos vulneráveis ou com necessidades especiais;
- Sugestões para o aprimoramento das ações de comunicação e participação;
- Manifestações relacionadas à execução das obras, à prestação de serviços e aos processos de reassentamento, quando aplicáveis.

As contribuições recebidas por meio das atividades de consulta, dos canais de comunicação e do MGQR deverão ser, sempre que pertinentes, consideradas no aperfeiçoamento das ações e instrumentos de gestão do Projeto. No Quadro 7 apresenta-se um conjunto de temas prioritários para comunicação no âmbito do Projeto, assim como abordagens preliminares para cada público-alvo da intervenção.

Quadro 6: Mecanismos de comunicação, temas e público-alvo no Projeto Salvador SBN.

PRELIMINAR

Público-alvo	Temas prioritários	Forma preferencial
Comunidades afetadas.	Escopo do projeto, cronograma, obras e impactos.	Reuniões comunitárias, escritório local e materiais informativos.
Famílias sujeitas a reassentamento.	Direitos, procedimentos e cronogramas.	Atendimento individualizado e reuniões específicas.
Lideranças e organizações comunitárias.	Andamento do projeto e mobilização social.	Reuniões periódicas e comunicação direta.
Órgãos municipais, UGP, UIP e instituições parceiras.	Coordenação do Projeto, implementação dos componentes, monitoramento e fortalecimento institucional.	Reuniões técnicas, grupos de trabalho, oficinas e comunicações institucionais.
Órgãos públicos e concessionárias.	Coordenação institucional e cronogramas.	Reuniões técnicas.
Demais partes interessadas.	Informações gerais sobre o projeto e resultados.	Eventos, reuniões e canais institucionais.

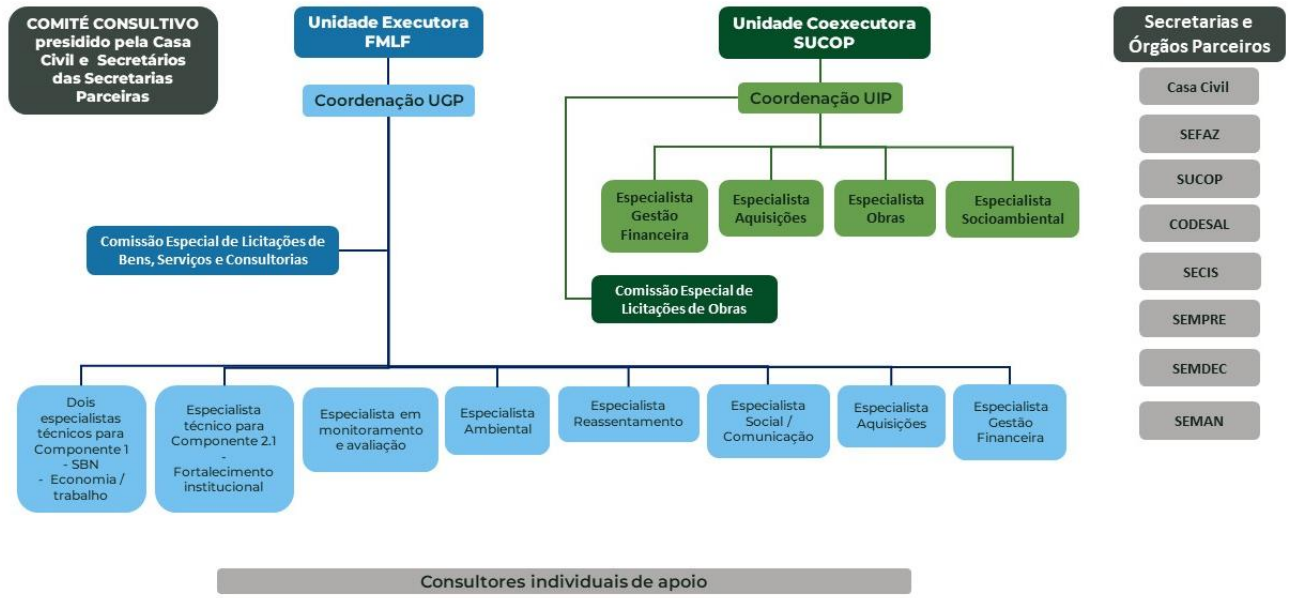
PRELIMINAR

6. ARRANJO INSTITUCIONAL PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PEPI

6.1. Responsabilidades Institucionais

A implementação do PEPI seguirá o arranjo institucional estabelecido para o Projeto Salvador SBN, cuja coordenação geral caberá à FMLF, na condição de Unidade Executora do Projeto, em articulação com a SUCOP, Unidade Coexecutora responsável pela implementação das intervenções de infraestrutura previstas. Conforme apresentado na Figura 5, a estrutura de gestão do Projeto contempla uma UGP, responsável pela coordenação geral, articulação institucional, monitoramento dos resultados e interlocução com o Banco Mundial, e uma UIP, responsável pelas atividades de implementação do projeto na fase de obras.

Figura 5: Arranjo institucional do Projeto Salvador SBN.



No âmbito do PEPI, a UGP será responsável pela coordenação das ações de comunicação, consulta e envolvimento das partes interessadas, promovendo a articulação entre os diferentes órgãos municipais, equipes técnicas e instituições participantes do Projeto. As atividades de campo relacionadas à mobilização social, comunicação comunitária, atendimento à população e acompanhamento das partes afetadas serão realizadas pelas equipes técnicas contratadas ou designadas para apoiar a implementação das ações sociais e ambientais do Projeto, e estarão ligadas à UIP.

A implementação do PEPI contará ainda com a participação dos órgãos municipais envolvidos na execução das diferentes componentes do Projeto, os quais poderão contribuir com informações técnicas, apoio às atividades de comunicação e participação em processos de consulta relacionados a suas áreas de atuação. O Quadro 7 apresenta a distribuição preliminar de responsabilidades relacionadas à implementação do PEPI.

Quadro 7: Agentes e responsabilidades na implementação do PEPI do Projeto Salvador SBN.

Instância	Responsabilidades relacionadas ao PEPI
UGP/FMLF	Coordenação geral do PEPI, monitoramento e reporte ao Banco Mundial.
Equipes social e ambiental da UGP	Planejamento e execução das atividades de comunicação, consulta e participação.
Equipe de reassentamento	Comunicação e atendimento às famílias afetadas por reassentamento.

Instância	Responsabilidades relacionadas ao PEPI
UIP/SUCOP	Apoio à divulgação de informações sobre cronogramas e execução das obras.
Demais órgãos municipais participantes	Apoio técnico e participação nas ações de engajamento relacionadas às suas competências.
Banco Mundial	Supervisão da implementação dos compromissos previstos nos instrumentos socioambientais.

6.2. Recursos para Implementação

A PMS disponibilizará os recursos humanos, técnicos e operacionais necessários à implementação das ações previstas neste PEPI, de forma compatível com a escala das intervenções e com os requisitos do QAS do Banco Mundial. Os recursos destinados a implementação do PEPI estarão alocados dentro do subcomponente 2.2 - Fortalecimento Institucional e Gestão do Projeto, e poderão contemplar, entre outros aspectos, a realização de reuniões e consultas, a produção e divulgação de materiais informativos, a manutenção de canais de comunicação e atendimento à população, a operação do MGQR e o registro e monitoramento das atividades de engajamento.

A implementação do PEPI será gerida pelos especialistas de comunicação e social da UGP, e de forma integrada entre as equipes técnicas especializadas responsáveis pelas ações sociais, ambientais e de comunicação e os órgãos municipais envolvidos nas intervenções. Essa articulação institucional tem como objetivo assegurar que os diferentes grupos afetados ou interessados sejam adequadamente informados, consultados e envolvidos ao longo de todas as fases do Projeto Salvador SBN, em conformidade com os princípios de transparência, inclusão, acessibilidade e participação previstos no QAS do Banco Mundial.

Considerando a importância do contato direto com as comunidades, as equipes que atuarem em campo, incluindo profissionais responsáveis pelo trabalho social, supervisão de obras, gestão ambiental e reassentamento, deverão receber orientações compatíveis com suas atribuições quanto aos procedimentos de comunicação com a população, encaminhamento de demandas e funcionamento do MGQR. No âmbito do Componente 2, Fortalecimento Institucional e Gestão do Projeto, deverão ser realizadas ações voltadas ao engajamento das Entidades de Apoio, que correspondem às secretarias e órgãos parceiros no arranjo institucional apresentado na Figura 5.

Conforme indicado anteriormente, a coordenação do PEPI, o funcionamento do MGQR, o monitoramento socioambiental e os especialistas da UGP responsáveis pelo engajamento estão alocados no Componente 2.2 — Gestão do Projeto (US 13,03 milhões). Já as atividades de engajamento, comunicação comunitária e trabalho social estão alocadas principalmente no Componente 1.2 — Sustentabilidade, Inclusão Socioeconômica e Empregos (US13,93 milhões), que financia a comunicação e engajamento comunitário e os investimentos em trabalho social para o reassentamento.

Considerando a importância do engajamento direto com as comunidades para a execução bem-sucedida do Projeto, estima-se que os recursos destinados à implementação do PEPI — incluindo as atividades de comunicação, consulta, trabalho social, operação do MGQR e monitoramento participativo — correspondam a aproximadamente 2% do valor total do Projeto (cerca de US$ 2 milhões), distribuídos entre os Componentes 1.2 e 2.2. O detalhamento orçamentário por atividade será estabelecido no Plano de Trabalho Técnico Social (PTTS), a ser submetido ao Banco Mundial para não-objeção conforme previsto no PCAS.

O Quadro a seguir apresenta um cronograma faseado de engajamento das partes interessadas.

PRELIMINAR

Quadro 8: Cronograma faseado de engajamento das partes interessadas.

Estágio	Atividades do Projeto	Engajamento das Comunidades	Responsável
Avaliação (Appraisal)	Estudos preliminares, elaboração dos instrumentos A&S e consultas públicas.	Participação nas consultas públicas; divulgação das últimas versões dos instrumentos socioambientais; primeiros contatos com as lideranças comunitárias.	FMLF/UGP
Preparação (até a Efetividade)	Estudos complementares; levantamentos cadastrais e socioeconômicos; preparação das obras; estruturação da UGP e UIP.	Implantação do escritório social e MGQR; mapeamento de partes interessadas; reuniões com lideranças e moradores; cadastramento e comunicação sobre direitos e critérios de elegibilidade.	UGP/FMLF
Implementação Inicial (primeiros 18 meses após a efetividade)	Contratações, mobilização das equipes, início das obras e das ações de reassentamento.	Consultas sobre reassentamento e compensações; oficinas participativas; engajamento com os terreiros; formação de instâncias de representação comunitária; comunicação sobre obras e impactos.	UGP/FMLF e equipes técnicas
Implementação	Continuidade das obras, reassentamento e implantação das intervenções previstas pelo Projeto.	Comunicação contínua; acompanhamento das famílias afetadas; reuniões periódicas com comunidades; engajamento permanente com os terreiros; educação ambiental e monitoramento participativo.	UGP/FMLF, equipes técnicas e construtoras
Pós-Implementação	Consolidação das intervenções, operação e manutenção, regularização fundiária e monitoramento.	Acompanhamento pós-reassentamento; avaliação participativa dos resultados; devolutiva à comunidade; monitoramento das intervenções implantadas e apoio à regularização fundiária.	UGP/FMLF e secretarias responsáveis

7. MECANISMO DE GESTÃO DE QUEIXAS E RECLAMAÇÕES

7.1. Objetivos e Princípios

O Projeto Salvador SBN contará com um Mecanismo de Gestão de Queixas e Reclamações (MGQR) destinado ao recebimento, registro, encaminhamento e acompanhamento de dúvidas, sugestões, solicitações, reclamações e denúncias relacionadas a suas atividades. Este mecanismo buscará assegurar que as partes interessadas disponham de canais acessíveis para a manifestação de suas demandas, contribuindo para a identificação precoce de problemas, prevenção de conflitos e fortalecimento do diálogo entre a PMS e os públicos envolvidos.

O MGQR observará os princípios de acessibilidade, transparência, confidencialidade, tratamento equitativo e resposta tempestiva às manifestações recebidas, sem restringir o direito dos cidadãos de recorrer aos mecanismos administrativos ou judiciais existentes. São condições estruturais do MGQR (Quadro 8):

Quadro 8: Garantias do MGQR do Projeto Salvador SBN.

Garantia	Descrição	Instrumento
Confidencialidade estrita	Todas as informações relativas a uma queixa são acessíveis apenas aos profissionais diretamente envolvidos na triagem, acolhimento	Código de conduta (cláusula de

PRELIMINAR

Garantia	Descrição	Instrumento
	e investigação, sob pena de sanção por violação de sigilo.	confidencialidade) + termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)
Anonimato	O denunciante pode registrar a queixa sem se identificar em nenhum dos canais (exceto atendimento presencial, que exige identificação para encaminhamentos). O sistema de protocolo único permite acompanhamento anônimo.	Desenho dos canais de comunicação
Não-retaliação	É expressamente proibida qualquer forma de retaliação contra denunciantes, vítimas ou testemunhas de boa-fé. A violação dessa cláusula constitui falta grave autônoma, passível de rescisão contratual independentemente do mérito da queixa original.	Código de conduta (cláusula específica) + contratos
Proteção especial a menores	Em casos envolvendo menores de 18 anos, a confidencialidade é limitada pela obrigação legal de notificação ao Conselho Tutelar e ao Ministério Público, conforme Art. 13 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).	ECA + Protocolo de resposta
Direito de não prosseguir	O denunciante pode interromper o processo de resposta a qualquer momento, sem sofrer qualquer prejuízo no acesso a benefícios ou serviços do Projeto.	TCLE

7.2. Canais de Recebimento

As manifestações relacionadas ao Projeto Salvador SBN poderão ser apresentadas por diferentes canais, de forma presencial ou remota. Durante a implementação do Projeto, poderão ser utilizados, entre outros:

- O canal telefônico 156, que funciona 24 horas por dia, sendo previsto um ramal específico para o Projeto Salvador SBN, a ser implementado no início de sua implementação;
- A plataforma Salvador Digital;
- O portal "Fala Salvador";
- O atendimento presencial na Ouvidoria Geral do Município;
- Atendimento presencial no escritório local do Projeto, quando implantado;
- Unidade móvel de atendimento social, quando disponível;
- Canais de atendimento específicos do Projeto, tais como endereço eletrônico, formulários eletrônicos ou aplicativo de mensagens, quando disponibilizados.

As manifestações poderão ser apresentadas por qualquer parte interessada, inclusive por representantes de OSCs, lideranças comunitárias e pessoas potencialmente afetadas pelas intervenções. O MGQR permitirá o recebimento de manifestações identificadas ou anônimas. Nos casos de manifestações anônimas, será assegurado o tratamento adequado da demanda, observadas as informações disponíveis para sua apuração. Um modelo de formulário de submissão de queixa que poderá ser adotado no MGQR está no Apêndice 01.

7.3. Procedimentos de Tratamento das Manifestações

Determinadas manifestações poderão demandar tratamento diferenciado em razão de sua natureza, incluindo situações relacionadas à violência baseada em gênero (VBG), violência contra crianças e adolescentes, discriminação, exploração e abuso sexual (EAS) e assédio sexual (AS), ameaças ou outras situações sensíveis. Nesses casos, será adotado tratamento confidencial, com acesso restrito às informações e encaminhamento aos serviços e instituições competentes, observada a legislação aplicável e os protocolos existentes na PMS. Importante notar que o MGQR do Projeto Salvador SBN não substitui os canais oficiais de

PRELIMINAR

proteção e denúncia existentes, devendo atuar de forma complementar às redes institucionais de atendimento e proteção social.

Antes do início das obras de engenharia civil, a Unidade de Gestão do Projeto (UGP) realizará o mapeamento da rede de prestadores de serviços especializados para atendimento a casos de Violência Baseada em Gênero (VBG), incluindo Exploração e Abuso Sexual (EAS) e Assédio Sexual (AS), abrangendo serviços de saúde, assistência social, apoio psicossocial, assistência jurídica e segurança pública. Com base nesse levantamento, serão estabelecidos memorandos de entendimento, cartas de intenção ou outros instrumentos de cooperação operacional com as instituições identificadas, de forma a garantir o encaminhamento seguro e confidencial das vítimas. O diretório dos prestadores de serviços, contendo os contatos e fluxos de encaminhamento, bem como a documentação dos instrumentos de cooperação firmados, será incorporado ao Plano de Prevenção e Resposta à Exploração e Abuso Sexual e ao Assédio Sexual (PPREASAS), com referência no PEPI, antes do início das obras, conforme as diretrizes do Banco Mundial.Todas as manifestações recebidas através do MGQR serão registradas em sistema ou banco de dados próprio, permitindo seu acompanhamento, rastreabilidade e monitoramento ao longo do ciclo do Projeto. Toda queixa recebida por qualquer canal gerará um protocolo único (por exemplo, com formato EAS/AS-SSBN-AAAA-XXXX), fornecido ao denunciante (quando não anônimo) e registrado no sistema de monitoramento do Projeto. Esse protocolo permitirá o rastreamento e a reabertura sem exposição de dados pessoais. O processo de acolhimento das manifestações compreenderá as etapas de recebimento, registro, classificação, encaminhamento, análise, resposta e encerramento da manifestação, garantido o devido atendimento às demandas colocadas por quaisquer partes afetadas e demais partes interessadas no Projeto.

A operacionalização do Mecanismo de Queixas seguirá uma estrutura processual padronizada, em estrutura sugerida no quadro a seguir, que inclui a definição das etapas de recebimento, análise, encaminhamento, resposta e encerramento das manifestações, bem como a sugestão dos responsáveis e os prazos previstos para cada fase. Esta estrutura poderá ser adaptada quando da implantação da UGP do projeto.

Quadro 9: Estrutura processual para o tratamento das queixas

	Descrição do processo	Cronograma	Responsabilidade
Estrutura de implementação do mecanismo de queixas	Treinamento da equipe que receberá as queixas e reclamações do projeto, em especial aos casos sensíveis. Abertura número fixo vinculado a ouvidoria do município para o projeto. Destinação de número no WhatsApp para recebimento de queixas de forma mais imediata.	Disponível a partir da implementação da UGP	Equipe técnica UGP com apoio da Ouvidoria do Município e secretarias correlatas
Processamento das queixas	O recebimento das queixas deve ocorrer pelos canais telefônicos, e-mail, WhatsApp, formulários online, atendimento presencial e reuniões comunitárias, através da equipe de comunicação e do atendimento social do projeto. Cada queixa será identificada por meio do protocolo de atendimento.	Recebimento imediato. Em caso de queixas via meios digitais, deverão ser processadas de 24 a 48h	Ouvidoria do Município
Triagem e processamento	A demanda recebida deverá ser classificada por tipologia, nível de gravidade e urgência, área responsável, necessidade de sigilo. A manifestação deverá ser encaminhada ao setor técnico competente, que fará a verificação documental e articulará o processo de solução conforme a necessidade.	5 dias úteis	Equipe técnica UGP

PRELIMINAR

	Descrição do processo	Cronograma	Responsabilidade
Confirmação e acompanhamento	As demandas recebidas devem ser acompanhadas pelos técnicos conforme prazo para resolução, verificando o recebimento da mesma conforme o setor competente	2 dias úteis	Equipe técnica UGP
Análise e resolução da queixa	O setor responsável fará a investigação da ocorrência, e caso necessário, reuniões e visitas técnicas ao reclamante para a avaliação da demanda. O setor definirá as medidas para a correção do problema.	20 dias úteis	Equipe técnica UGP
Retorno ao reclamante	Apresentação da descrição do processo juntamente com a solução da ocorrência, comunicando quais providências foram e serão adotadas para o problema. Deverá ser feito junto ao protocolo inicial, o registro da devolutiva.	10 dias úteis	Ouvidoria do Município
Monitoramento e avaliação	Realização de encerramento do protocolo e registro no banco de dados de queixas do projeto. Nesta etapa devem ser realizados registros de retorno do reclamante sobre a satisfação, e ocorrência de reincidências. O monitoramento de queixas relevantes deve ser incluído nos relatórios periódicos conforme o andamento do projeto.	Conforme o tempo de execução do projeto	Equipe técnica UGP

7.4. Direito de acesso aos Mecanismos de queixa e reclamação do Banco Mundial

Além do Mecanismo de Queixas e Reclamações estabelecido para o Projeto Salvador SBN, as partes interessadas e as comunidades potencialmente afetadas poderão, a qualquer momento, apresentar reclamações diretamente aos mecanismos independentes do Banco Mundial, caso entendam que suas preocupações não foram adequadamente tratadas pelo Projeto ou desejem encaminhar suas manifestações diretamente à instituição financiadora.

O Banco Mundial disponibiliza o Serviço de Resolução de Reclamações (*Grievance Redress Service* – GRS), destinado ao recebimento de reclamações relacionadas a projetos financiados pela instituição. O GRS busca assegurar que as preocupações apresentadas sejam analisadas de forma oportuna e encaminhadas às equipes responsáveis para avaliação e resposta.

Adicionalmente, as partes interessadas poderão recorrer ao Painel de Inspeção do Banco Mundial, mecanismo independente que permite às comunidades afetadas solicitar a verificação do cumprimento das políticas e procedimentos operacionais do Banco Mundial, quando entenderem que sofreram ou possam sofrer impactos decorrentes de eventual descumprimento dessas diretrizes.

As informações sobre o funcionamento desses mecanismos, os critérios de elegibilidade e as formas de apresentação das reclamações poderão ser consultadas nos seguintes canais:

- Serviço de Resolução de Reclamações (GRS): https://www.worldbank.org/grs
- Formulário eletrônico para envio de reclamações: https://grievances.worldbank.org
- Painel de Inspeção do Banco Mundial: https://www.inspectionpanel.org

PRELIMINAR

A utilização dos mecanismos do Banco Mundial não substitui nem restringe o acesso ao Mecanismo de Queixas e Reclamações do Projeto, podendo as partes interessadas optar por qualquer um desses canais, de forma independente, sempre que considerarem necessário.

8. MONITORAMENTO E REPORTE

8.1. Indicadores de Implementação do PEPI

A implementação do PEPI será acompanhada pela UGP por meio do monitoramento das atividades de comunicação, consulta, participação social e funcionamento do MGQR. O monitoramento buscará avaliar a efetividade das ações de engajamento e também identificar oportunidades de aprimoramento ao longo da implementação do Projeto. Sempre que aplicável, estes processos poderão ser acompanhados através de indicadores, tais como os exemplos mencionados no Quadro .

Quadro 10: Indicadores preliminares de implementação do PEPI do Projeto Salvador SBN.

Tema	Indicador
Engajamento	Número de atividades de consulta e participação (reuniões, oficinas etc.) realizadas.
Participação	Número de participantes envolvidos nas atividades de consulta e comunicação.
Inclusão	Participação de grupos vulneráveis nas atividades realizadas, quando aplicável.
Comunicação	Número de ações de divulgação realizadas.
Queixas e reclamações	Número de manifestações registradas por meio do MGQR.
Gestão das queixas	Percentual de manifestações respondidas ou encerradas.
Fortalecimento institucional	Número de capacitações ou ações de fortalecimento institucional relacionadas ao PEPI realizadas.
Taxa de satisfação dos reclamantes	Grau de satisfação dos usuários em relação ao funcionamento do Mecanismo de Queixas, considerando aspectos como atendimento, clareza das informações, tempo de resposta e resolução da demanda.
Taxa de resolução em primeira instância	Verifica quantas reclamações foram solucionadas sem necessidade de recurso, revisão ou escalonamento para outra instância.
Desagregação por perfil dos reclamantes (gênero, condição de grupo vulnerável)	Identifica o perfil das pessoas que utilizam o mecanismo, permitindo verificar se ele está sendo acessado de forma inclusiva por diferentes grupos da população.
Taxa de reabertura de reclamação	Identifica quantas reclamações precisaram ser reabertas porque o reclamante não considerou a solução satisfatória ou surgiram novos elementos.

Os indicadores poderão ser ajustados ao longo da implementação do Projeto, de acordo com a evolução das atividades e as necessidades de monitoramento identificadas pela UGP.

8.2. Relatórios e Devolutivas às Partes Interessadas

As atividades de envolvimento das partes interessadas e de implementação do MGQR serão registradas e consolidadas pela UGP, servindo de base para o monitoramento dos compromissos previstos neste PEPI e para os reportes periódicos do Projeto Salvador SBN. As informações produzidas poderão incluir, entre

PRELIMINAR

outros, o registro das atividades realizadas, os principais temas discutidos, as contribuições recebidas das partes interessadas, as medidas adotadas pelo Projeto e o funcionamento do MGQR.

A divulgação de informações às partes interessadas poderá ocorrer por diferentes meios, incluindo reuniões comunitárias, oficinas, consultas públicas, canais institucionais da PMS, materiais informativos e outros instrumentos de comunicação utilizados pelo Projeto. Os resultados das atividades de consulta e participação serão considerados no aperfeiçoamento das ações do Projeto, sempre que pertinentes, e as principais informações sobre sua implementação deverão ser disponibilizadas de forma periódica às comunidades afetadas e demais partes interessadas. O PEPI poderá ser atualizado durante a implementação do Projeto, sempre que necessário, em função de alterações no escopo das intervenções, da identificação de novas partes interessadas ou de ajustes nos mecanismos de comunicação, consulta e participação social.

9. CONSULTA PÚBLICA DA PROPOSTA PRELIMINAR DO PEPI E DO MGAS

A consulta pública do PEPI e do MGAS constitui parte do processo de engajamento das partes interessadas previsto na fase de preparação do Projeto Salvador SBN, contribuindo para o aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão ambiental e social e para o fortalecimento da transparência e do diálogo com as comunidades e instituições envolvidas. As versões preliminares do PEPI e do MGAS serão disponibilizadas para consulta pública, com o objetivo de obter contribuições para seu aprimoramento antes da aprovação da versão final.

Esta consulta buscará verificar, principalmente:

- A adequação da identificação das partes interessadas;
- A pertinência dos canais de comunicação e do MGQR;
- A adequação das estratégias de engajamento propostas para as diferentes fases do Projeto.

A divulgação da consulta pública será realizada por meio dos canais institucionais da PMS e da FMLF, podendo incluir publicação em páginas web oficiais, redes sociais institucionais e comunicação direcionada às principais partes interessadas identificadas durante a preparação do Projeto. Em especial, será utilizada a página do Projeto Salvador SBN criada no site da FMLF para agregar e divulgar informações sobre seu andamento e ações correlatas.

O período de consulta pública destes documentos preparatórios será de, no mínimo, 15 dias, e ocorrerá entre os dias 17 e 30 de agosto de 2026. Após a divulgação dos instrumentos socioambientais preliminares, e a abertura do período de consulta pública a FMLF promoverá um webinário público para apresentar o projeto, os principais resultados dos estudos socioambientais e os canais de participação, permitindo o esclarecimento de dúvidas e o recebimento de manifestações das partes interessadas. Este webnário será realizado na plataforma do Google Meet, e transmitido online através do YouTube, sendo apresentado pela FMLF e poderá contar com a presença das principais lideranças do território, secretarias envolvidas no projeto, e representantes da consultoria responsável pelos projetos de Vila Mar e do Plano de Canabrava.

As contribuições recebidas poderão ser encaminhadas por meio dos canais indicados no aviso de consulta pública e do webnário, o qual será disponibilizado por meios virtuais e físicos, a fim de garantir sua efetiva divulgação. Ao final do processo, as contribuições serão analisadas pela equipe responsável pelo Projeto e consideradas na consolidação da versão final do PEPI. Será elaborado um relatório da consulta pública, contendo as principais manifestações recebidas e a forma como foram consideradas no documento final, que será integrada como Apêndice 02 na versão final deste documento.

PRELIMINAR

10. APÊNDICES

10.1. Apêndice 01: Modelo de Formulário de Submissão de Queixa

Formulário de Submissão de Queixas e Reclamações

Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI) – Projeto Salvador SBN

Identificação da Manifestação

Número do protocolo:		
Data do recebimento:		
Canal de Recebimento:	[ ] Presencial	[ ] Telefone/ouvidoria
	[ ] WhatsApp	[ ] E-mail
	[ ] Site/formulário digital	[ ] Reuniões comunitárias
Responsável pelo recebimento:		

Dados do Manifestante

Nome ou Nome Social:		
Gênero:	[ ] Feminino	[ ] Masculino
	[ ] Prefiro não informar	[ ] Outro: _____
Telefone:		
E-mail:		
Endereço:		
Forma preferencial de contato para retorno:	[ ] Telefone/WhatsApp	[ ] E-mail
	[ ] Presencial	[ ] Não deseja retorno

Perfil Social

Você se identifica como integrante de algum grupo vulnerável ou prioritário?

[ ] Pessoa idosa	[ ] Pessoa com deficiência	[ ] Mulher chefe de família
[ ] Criança/adolescente	[ ] População negra	[ ] Comunidade tradicional/terreiro
[ ] Pessoa LGBTQIA+	[ ] Pessoa em situação de vulnerabilidade socioeconômica	[ ] Prefere não informar
[ ] Outro:		

Tipo de Manifestação

[ ] Reclamação/queixa	[ ] Sugestão	[ ] Solicitação de informação
[ ] Denúncia	[ ] Elogio	[ ] Solicitação de apoio
[ ] Outro:		

Relação com o Projeto Salvador SBN

[ ] Obras e intervenções	[ ] Reassentamento/desapropriação	[ ] Ruído, poeira ou impactos ambientais
[ ] Trânsito/mobilidade	[ ] Atendimento da equipe do projeto	[ ] Comunicação/informação insuficiente
[ ] Participação social/ consultas públicas	[ ] Violência, assédio ou discriminação	[ ] Conduta de trabalhadores
[ ] Questões trabalhistas	[ ] Segurança comunitária	[ ] Danos materiais
[ ] Outros		

Descrição da queixa ou manifestação

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

Local e Data da Ocorrência

Local/comunidade:
Data da ocorrência:
A situação ainda está acontecendo? [ ] Sim [ ] Não

Evidências ou Documentos da Ocorrência

Existem evidências ou documentos?	[ ] Sim	[ ] Não
Se sim, anexar:	[ ] Fotos	[ ] Vídeos
	[ ] Áudios	[ ] Documentos
	[ ] Outros	

Necessidade de Tratamento Confidencial

Deseja manter sua identidade em sigilo?	[ ] Sim	[ ] Não
A manifestação envolve tema sensível?	[ ] Violência de gênero	[ ] Assédio sexual
	[ ] Discriminação	[ ] Violência contra criança ou adolescente
	[ ] Outro tema sensível:	
	_____	

Encaminhamento Interno (preenchimento pela equipe)

Setor responsável pelo tratamento da queixa:
Classificação da gravidade: [ ] Baixa [ ] Média [ ] Alta [ ] Emergencial
Prazo para resposta:
Encaminhado para:

Resposta e Resolução

Providências adotadas

_____
_____
_____
_____
_____

Data da resposta ao manifestante:
Situação da manifestação: [ ] Resolvida [ ] Em andamento
[ ] Encaminhada [ ] Improcedente
[ ] Arquivada

Observações:

10.2. Apêndice 02: Resumo das Contribuições Recebidas

A consulta pública dos documentos socioambientais do **Projeto Salvador SBN – Mitigação de Risco em Comunidades Urbanas por meio de Soluções Baseadas na Natureza**, foi realizada com o objetivo de dar transparência ao processo de preparação do projeto, ampliar o acesso às informações e possibilitar a participação da sociedade na análise dos documentos socioambientais elaborados. A iniciativa permitiu que os interessados conhecessem as propostas, apresentassem dúvidas, comentários e sugestões e contribuíssem para o aprimoramento das estratégias previstas para a implementação do projeto, especialmente nas comunidades de Canabrava e Vila Mar.

A mesma foi realizada entre os dias 18 de agosto a 14 de setembro (aproximadamente 30 dias), onde no dia 31 de agosto foi realizado um Webnário (live/apresentação ao vivo online), onde foram apresentados ao público presente, o conteúdo e o objetivo dos documentos que estavam disponíveis no site da consulta pública.

Os documentos socioambientais disponibilizados foram:

- MGAS – Marco de Gestão Ambiental e Social
  - Apêndice 01-MRI – Marco de Reassentamento Involuntário
  - Apêndice 02-PGRS – Protocolo de Gestão de Riscos de Segurança
  - Apêndice 03- Código de Conduta
  - Apêndice 04-PREASAS – Plano de Respostas a Exploração e Abuso Sexual e Assédio Sexual
  - Apêndice 05-PMM – Plano de Manutenção e Monitoramento
- PEPI – Plano de Engajamento das Partes Interessadas
- PCAS – Plano de Compromissos Socioambientais

Durante o período de consulta, foram mobilizadas as partes interessadas já identificadas no PEPI, abrangendo entidades comunitárias e instituições do poder público. Além da comunicação oficial, houve a divulgação na página do Instagram da Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF), e divulgação em fontes jornalísticas, bem como na página da FMLF.

No dia 31/09, às 11:00, foi realizado por meio do YouTube, um Webnário ao vivo, para a apresentação dos documentos disponibilizados, enfatizando seus principais objetivos e incentivando a participação pública no processo de consulta. Os dados do YouTube demonstram 104 acessos durante a transmissão, e outros 25 após a data do Webnário, a partir da permanência do vídeo na plataforma.

Ao fim da consulta, após o dia 14 de setembro, foram recolhidos os dados de contribuição na plataforma da COGEL, e processados. Ao todo, foram registrados 47 acessos/participações na plataforma, sendo identificadas 10 contribuições no campo destinado a comentários, sugestões ou questionamentos, exemplificados pela tabela 1.

De modo geral, as manifestações recebidas não apontaram lacunas significativas nos documentos disponibilizados. Entre as contribuições efetivamente relacionadas ao conteúdo do projeto, destacaram-se sugestões para o fortalecimento da participação comunitária, especialmente no âmbito do PEPI, com maior protagonismo dos moradores, implantação de mecanismos de atendimento e escuta ativa desde a etapa de preparação e possibilidade de organização de grupos ou comissões representativas de diferentes segmentos da comunidade. Também foi registrada sugestão para que as propostas de projeto fossem apresentadas de forma mais clara e especificada.

As contribuições foram analisadas e sistematizadas em matriz própria, com a indicação do tema abordado, documento relacionado, encaminhamento e justificativa. As sugestões consideradas pertinentes foram incorporadas às versões revisadas dos documentos, especialmente por meio do aprimoramento das estratégias de engajamento, comunicação, atendimento e participação previstas no PEPI. As manifestações que não implicaram alteração dos documentos foram igualmente registradas, com a respectiva justificativa, assegurando transparência quanto à análise e ao tratamento das contribuições recebidas no processo de consulta pública.

Perfil geral

- Faixa etária: 11 registros para 40–59 anos; 15 registros não informaram.
- Gênero: 25 femininos e 7 masculinos.
- Cor/raça: 17 brancas, 8 pardas e 7 pretas.
- Escolaridade: 17 com pós-graduação, 8 com superior completo, 6 com superior incompleto e 1 com médio completo.
- Localidade: 26 localidades distintas.

Tabela 1: Resultados da Consulta Pública

Número de participantes		**47**
Faixa Etária	0-14	0
	15-17	0
	18-24	6
	25-29	3
	30-39	8
	40-59	11
	60+	4
	N.inf.	15
Gênero	Fem.	25
	Masc.	7

PRELIMINAR

	Outro	0
	N.inf.	15
Raça	Branca	17
	Preta	7
	Parda	8
	Amarela	0
	Indígena	0
	N.inf.	15
Escolaridade	Sem Instrução	0
	Fundamental Incompleto ou equivalente	0
	Fundamental completo ou equivalente	0
	Médio incompleto ou equivalente	0
	Médio completo ou equivalente	1
	Superior incompleto	6
	Superior completo	8
	Pós-graduação, mestrado ou doutorado	17
	N.inf.	15
Localidades	Barra	1
	Brotas	2
	Cabula	1
	Canabrava	2
	Candeal	1
	Comércio	1
	Costa Azul	1
	Garcia	2
	Itaigara	1
	Jardim Apipema	1
	Jardim Nova Esperança	1
	Nordeste de Amaralina	1
	Pilar	1
	Pituaçu	1
	Pituba	2
	Pé Preto	1
	Rio Vermelho	1
	Salvador	2
	Stella Maris	1
	São Cristóvão	1
	São Marcos	2
	Vila de Abrantes	1
	Vitória	1

PRELIMINAR

	N.inf.	16

PRELIMINAR